



n.2
abr-jun
2022

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editores Executivos

Marianna Albuquerque e Diogo Ives de Quadros

Editor Adjunto

Ghaio Nicodemos Barbosa

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Guilherme Queiroz Alves

Jefferson Nascimento

Leandro Wolpert dos Santos

Maria Carolina Barreto

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Marllon Motta da Rocha

Pedro Lange Netto Machado

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opisa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

A ANARQUIA É AQUI.....PÁGINA 04

ARTIGOS

BREVE ANÁLISE SOBRE A 9ª CÚPULA DAS AMÉRICAS..... PÁGINA 07

**A CRISE COMO NORMALIDADE: A CONJUNTURA RECENTE NA VENEZUELA E
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO..... PÁGINA 11**

**UM ANO DE GOVERNO LASSO: CRISE AMPLA, ESCALADA AUTORITÁRIA E
BUSCA DE UM PLANO EQUADOR COM OS ESTADOS UNIDOS..... PÁGINA 20**

**MONITOR ELEITORAL: PELA PRIMEIRA VEZ, A ESQUERDA CHEGA AO PODER
NA COLÔMBIA..... PÁGINA 34**

Editorial

A anarquia é aqui

Qualquer estudante de um curso introdutório de Relações Internacionais sabe exatamente o significado do conceito de anarquia no léxico desta disciplina. Trata-se de um contexto sem uma entidade soberana, acima das demais, capaz de impor legitimamente a ordem sobre uma determinada população. A existência de um governo soberano, que detém o monopólio dos meios da violência, é o que define um Estado. Mesmo que esta soberania seja constantemente violada e que este monopólio não seja absoluto, tais condições tornam o Estado um sujeito jurídico perante os demais.

Para alguns teóricos realistas mais radicais, há uma diferença ontológica crucial entre o ambiente interno e o externo, entre o contexto internacional e o nacional, o que implicaria no uso de diferentes teorias, epistemologias e métodos para se entender cada um destes âmbitos. Mas mesmo não se chegando a este extremo, há um relativo consenso teórico e semântico de que existem diferenças entre os dois âmbitos no uso da violência e dos meios coercitivos. A principal diferença estaria na capacidade de *enforcement*, que, no caso do contexto internacional, está ancorada no poder e, em última análise, na guerra.

Autores liberais contestam estas diferenças extremas e argumentam que estes dois âmbitos são cada vez mais semelhantes. O ambiente interno é penetrado por múltiplos agentes e fluxos externos de diversas naturezas e, com o processo de globalização, cada vez mais aumenta a interdependência entre os Estados. Por outro lado, este mesmo processo ampliaria o grau de difusão e internacionalização de valores, normas e procedimentos legitimamente aceitos por nacionais de diferentes países. De uma outra perspectiva, em uma análise crítica, os Estados seriam um simples epifenômeno de um processo derivado de uma estrutura global de dominação capitalista de classe.

Liberais e autores críticos poderiam até concordar tacitamente em que a soberania estatal não é absoluta, como para os realistas, mas contingente. Para os primeiros, ela seria dependente do adequado desempenho das funções de um governo soberano, que inclui desde a proteção às ameaças externas até o provimento das condições mínimas de bem-estar da população sob o seu território. Para a análise crítica, a soberania é contingente, pois ilegítima, na medida em que está a serviço de uma dominação superior, derivada da estrutura capitalista de classe.

No Brasil, o atual governo de Jair Bolsonaro vem desafiando todas estas noções teóricas sobre soberania, que perdem precisão diante das ações de uma extrema-direita que controla o Estado nacional pela primeira vez e o opera de forma atípica. Do ponto de vista realista, o governo é marcado pelo paradoxo de empregar mais militares em cargos públicos, por um lado, e defender explicitamente o enfraquecimento do monopólio da violência pelo Estado, por outro.

No período pós-redemocratização do Brasil, o governo Bolsonaro desponta como aquele que mais recrutou quadros militares na administração pública federal. Segundo estudo do IPEA, postos ocupados por representantes das Forças Armadas passaram de 370, nove anos atrás, para 1.085 em 2021. O padrão dessa ocupação tem mudado com os militares ocupando cargos de confiança em escalões mais altos e em ministérios estratégicos, como Saúde, Economia e Meio Ambiente¹.

O atual governo também flexibilizou os controles relativos à compra de armas, facilitando em muito a venda aos civis. Dados recentes mostram que aumentou o número de pessoas que se registram como CAC (caçadores, atiradores e colecionadores) na compra de armas para a proteção individual e da família. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*,

1 Presença de militares em cargo civil aumentou 193%, diz ipea. Correio Braziliense, 01/06/2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/06/5012065-presenca-de-militares-em-cargo-civil-aumentou-193-diz-ipea.html>. Acesso em 22/07/2022.



“o número de pessoas com licença para armas de fogo cresceu 473% no governo Bolsonaro. Em 2018, antes de o presidente assumir, havia 117,4 mil registros de CACs. Em junho deste ano, o total de registros chegou a 673,8 mil”.²

O quadro resultante é contraditório, aos olhos de um realista do século XX: militares, guardiões maiores da soberania estatal, engajam-se, em grande número, em um projeto político que vai na contramão do aumento do seu controle sobre as armas, no plano doméstico. Por outro lado, este cenário pouco tem a ver com a visão liberal de que o enfraquecimento da soberania estatal em favor de dinâmicas societárias em rede, após o fim da Guerra Fria, produziria uma harmonização de valores e normas dentro de uma comunidade global.

Nunca antes neste país foram tantas as mortes de civis em confrontos armados entre a polícia e facções criminosas. Como uma consequência desta verdadeira permissão para matar, incentivada pela retórica presidencial, aumentaram em muito os espaços territoriais cinzentos ocupados por traficantes e milícias privadas, onde predomina a anarquia, no exato sentido empregado na literatura de Relações Internacionais. São territórios onde os agentes públicos de segurança têm presença intermitente ou praticamente nula, mas quando intervêm, com armas pesadas de guerra, provocam a morte de civis, como efeito colateral da militarização da segurança pública.

Nenhum espaço hoje no Brasil, porém, é mais anárquico que o território amazônico. Esse argumento ficou demonstrado com o assassinato brutal do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. Os dois foram vistos pela última vez em 5 de junho, quando viajavam pelo Vale do Javari. Bruno era alvo de ameaças constantes de madeireiros, garimpeiros, invasores de terra e pescadores da região, por sua atuação, enquanto funcionário da FUNAI, na proteção das populações originárias, em especial dos grupos isolados. Após quase um mês de buscas pelos agentes de segurança e com a ajuda dos indígenas, os restos mortais dos dois foram encontrados. O trágico episódio teve enorme repercussão nacional e internacional.

Este episódio tensiona, finalmente, visões críticas que reduzem a realidade à ótica da luta de classes e conferem pouca autonomia à dimensão política em relação à econômica, abrindo pouco espaço para se avaliar outros tipos de opressão e diferentes nuances que há no exercício da soberania de um Estado capitalista. O Vale do Javari, onde vive a maior concentração de povos indígenas isolados de todo o planeta, é uma região de acesso extremamente restrito, apenas por via fluvial ou aérea. Até o assassinato de Bruno e Dom, este isolamento era dado como real, mas o trágico acontecimento demonstrou que a área estava densamente ocupada por grileiros, madeireiros, garimpeiros e narcotraficantes. A oeste, o Vale do Javari compartilha uma extensa fronteira com a Colômbia e o Peru, constituindo um espaço poroso para o fluxo do narcotráfico na região e sua estreita conexão com todas as atividades ilegais que lá atuam. Para completar o quadro de ausência de poder público, a FUNAI, que era a responsável pela proteção do bem-estar das populações originárias que habitam o Vale, foi totalmente esvaziada pelo governo Bolsonaro, deixando de cumprir sua função básica de proteção ao bem-estar das populações indígenas.

Hoje, em suma, atravessamos um período em que conceitos tradicionais como soberania precisam ser repensados para darmos conta de interpretar novas visões de mundo que ganharam força no Brasil. Este quadro de desorientação não deixa de estar ligado ao período turbulento de disputas de poder que marcam o plano internacional. Com o fim da Guerra Fria e a difusão de preceitos liberais, o princípio da soberania passou a ser contestado pelas principais potências da nova ordem liberal que buscava então se impor com o desaparecimento da União Soviética, o principal antagonista daquela ordem. Entre estes, destaca-se o uso da norma da Responsabilidade de Proteger, R2P. Como se sabe, esta norma foi utilizada para a formação da *coalition of the willing* e a legitimação, frente à comunidade internacional, do uso da força na proteção de civis, justificando-se assim a intervenção da ONU na Líbia, em 2011. As transformações correntes, derivadas da emergência da China

2 PALHARES, I.; ZYLBERKAN, M.; PAGNAN, R. Após episódios de violência, pessoas buscam registro de CAC. Folha de S. Paulo, 23/06/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/apos-episodios-de-violencia-pessoas-buscam-registro-de-cac.shtml>. Acesso em 25/07/2022.



como um protagonista global na economia e na segurança internacional, arrefeceram o ciclo das intervenções humanitárias anteriores e obstaculizaram a institucionalização da R2P como norma que consagraria a soberania contingente no Direito Internacional.

Um novo entendimento sobre soberania, entretanto, ainda não se tornou hegemônico nas relações internacionais. E este Boletim traz artigos que permitem perceber tensões em torno do conceito na América do Sul atualmente, para além do Brasil. No artigo “Breve análise sobre a 9ª Cúpula das Américas”, Guilherme Queiroz Alves observa o clima ruim que se instalou entre o governo dos Estados Unidos e alguns governos latino-americanos devido à exclusão de Cuba, Nicarágua e Venezuela da lista de convidados, dada a avaliação da administração de Joe Biden de que estes países não teriam Estados democráticos. Condicionar o reconhecimento de soberania à avaliação de democracia mantém-se, assim, como um instrumento de poder da grande potência, que o mobiliza historicamente de forma discricionária na sua relação com a região.

Por sua vez, em “A crise como normalidade: a conjuntura recente na Venezuela e perspectivas para o futuro”, Thaís Jesinski Batista faz um panorama histórico das disputas entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição pelo controle do Poder Legislativo através de eleições sucessivas. A autoproclamação de Juan Guaidó como presidente, à revelia de Maduro, e a existência de dois órgãos legislativos operando com disputas de poder – Assembleia Nacional, controlada pela oposição, e Assembleia Constituinte, governista – indicam a fragilidade do exercício de soberania no país, ao longo dos últimos anos.

Ademais, no artigo “Um ano de governo Lasso: crise ampla, escalada autoritária e busca de um Plano Equador com os Estados Unidos”, Diogo Ives e Ghaio Nicodemos fazem uma síntese do primeiro ano de mandato de Guillermo Lasso à frente da presidência do Equador. Além de uma governabilidade frágil, tanto na relação com o Legislativo quanto com movimentos sociais (com destaque para a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador), o governo Lasso é marcado pelo desejo de negociar um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos nos moldes do Plano Colômbia, que flexibilizou qualquer noção de soberania quando levou militares da grande potência, nos anos 2000, para dentro do território do país sul-americano, a fim de combater o narcotráfico, oficialmente.

Por fim, em “Pela primeira vez, a esquerda chega ao poder na Colômbia”, Andrés Londoño Niño e Fernanda Nanci Gonçalves elaboram um monitor eleitoral sobre o pleito que consagrou Gustavo Petro, um ex-guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, como vitorioso, na cabeça de chapa, e Francia Márquez, uma defensora afrodescendente dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável na Amazônia, na posição de vice. Contudo, a vitória da esquerda foi garantida com apenas 50,44% dos votos, deixando, em segundo lugar, um candidato que ficou conhecido como “Trump tropical” por se apresentar como outsider e pouco afeito às instituições políticas. O fenômeno é parecido com o que ocorreu na última eleição presidencial do Chile e reforça a atenção com que os projetos de Estado da extrema-direita sul-americana devem ser observados hoje.

Rio de Janeiro, julho de 2022

Maria Regina Soares de Lima
Coordenadora do OPISA

Diogo Ives
Coordenador-adjunto do OPISA



Breve análise sobre a 9ª Cúpula das Américas

Guilherme Queiroz
Pesquisadores OPISA

A nona edição da Cúpula das Américas, realizada entre os dias 6 e 10 de junho de 2022, foi marcada por boicotes, polêmicas e discussões sobre temas variados. O evento, que ocorreu em Los Angeles, reuniu líderes e representantes de 15 países. Com a temática central de “Construir um futuro sustentável, resiliente e equitativo” para as Américas, o evento reuniu representantes da sociedade civil, governantes, executivos e ativistas. Dentre os principais temas debatidos, estiveram inclusão social, recuperação econômica, mudanças climáticas, democracia e a transformação digital.³

A escolha da cidade para realização do evento não foi mero acaso. Conforme divulgado, a convocação da nona Cúpula das Américas na segunda maior cidade dos Estados Unidos estava diretamente relacionada com a temática central abordada no encontro. Los Angeles abriga, atualmente, a maior comunidade hispânica/latina dos Estados Unidos. Além disso, possui um panorama cultural com variedade de idiomas e representações governamentais. Esta foi a segunda vez que os Estados Unidos sediaram o encontro desde 1994, quando o evento foi realizado pela primeira vez após a convocação do então presidente americano Bill Clinton.

Em relação às expectativas para o evento, o governo Biden chegou a mencionar a cúpula como uma oportunidade para que o país reafirmasse seu compromisso com a América Latina em um novo cenário, após a saída de seu antecessor republicano, Donald Trump. Como organizadores e anfitriões desta edição, os Estados Unidos tinham a liberdade de escolher quem convidar. No início do mês de maio, alguns representantes do governo Biden já haviam mencionado que três países não seriam convidados para esta edição: Cuba, Venezuela e Nicarágua.

Os tensionamentos iniciaram a partir das alegações do governo americano relacionadas ao histórico dos direitos humanos e da democracia nesses países. O argumento principal dizia respeito à violação da Carta Democrática Interamericana, firmada na terceira edição do evento, que estabelece que “os povos da América têm direito à democracia e seus governos têm a obrigação de promovê-la e defendê-la”.⁴

A partir desse episódio, diferentes governantes anunciaram suas respectivas recusas em participar do encontro. O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, foi o primeiro a se manifestar em relação à orientação adotada pelo governo americano, alegando a necessidade de “mudar a política que se impõe há séculos, a exclusão”.⁵ A ausência do terceiro maior país da região e protagonista na discussão principal de imigração representou um grande incômodo para os Estados Unidos. O mexicano, ciente dessa relevância, manteve-se firme em sua recusa.

Ele foi seguido pelo presidente boliviano, Luis Arce, que reiterou a não participação caso a exclusão acontecesse. Em seu posicionamento, Arce reiterou que “a Bolívia cimenta suas relações internacionais na Diplomacia dos Povos, com inclusão, solidariedade, complementaridade, respeito à soberania, autodeterminação e construção coletiva da Cultura do Diálogo e da Paz”. Os presidentes da Guatemala, Alejandro Giammattei, e de Honduras, Xiomara Castro também optaram por não comparecer no encontro. Além disso, países como Argentina e Chile realizaram críticas à política de exclusão protagonizada pelos Estados Unidos. O presidente do Uruguai, Lacalle Pou, também não compareceu ao evento por testar positivo para a Covid-19.

Essa sequência de boicotes e turbulências influenciou os Estados Unidos a pôr em

3 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-lista-de-compromissos-dos-estados-unidos-com-paises-da-cupula-das-americas/>. Acesso em: 19/06/2022.

4 Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democratic_Charter.htm. Acesso em: 19/06/2022

5 Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2022-06-06/presidente-mexicano-se-recusa-a-participar-da-cupula-das-americas.html>. Acesso em 20/06/2022.



prática rotinas diplomáticas para contornar a situação. Dessa maneira, foram enviados representantes de alto escalão aos países, incluindo a vice-presidente Kamala Harris, a primeira-dama Jill Biden e Brian Nichols, subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental. Dentre os países visitados, estiveram Honduras, Guatemala, México, Equador, Panamá e Costa Rica, além de países no Caribe.

Na abertura do evento, o presidente norte-americano Joe Biden afirmou que os Estados Unidos estavam gratos e lisonjados por sediar um evento tão importante e que era momento de ouvir os demais países acerca de práticas e sugestões que o governo americano deveria acatar. O governante enfatizou ainda que as decisões deveriam ser tomadas de maneira conjunta, preservando a democracia e fortalecendo as instituições. Temas relacionados à pandemia de Covid-19 na região, migrações e plano de recuperação foram mencionados. Biden aproveitou ainda para fazer um destaque à sua atuação durante o governo de Barack Obama, que o encarregou especificamente de estreitar os laços com a região.⁶

Durante os pronunciamentos, o líder argentino, Alberto Fernández, não hesitou em criticar a postura dos Estados Unidos. Em seu discurso, mencionou quealaria por aqueles que estavam ausentes, criticando a exclusão de Cuba, Venezuela e Nicarágua. Foram mencionadas as sanções econômicas contra Cuba e Venezuela e seus impactos em uma pandemia. Ainda mais, teceu críticas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e também à ação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação à Bolívia, com a destituição do presidente boliviano Evo Morales em 2019. Por fim, Fernández fez questão de relembrar que o governo norte-americano foi nefasto sob a administração de Donald Trump e reiterou suas expectativas em relação à reversão desse quadro durante a administração de Biden.⁷

A presença de Jair Bolsonaro, governante do Brasil, foi amplamente criticada pela sociedade civil brasileira e por membros da comunidade internacional. Movimentos negros, indígenas, ambientalistas, de direitos humanos e voltados à promoção da democracia manifestaram suas preocupações em um documento assinado em conjunto por aproximadamente 70 organizações brasileiras e entregue ao anfitrião do evento, o presidente norte-americano Joe Biden. A carta mencionou a inflação, a fome, a violência e o desmatamento no Brasil. Além disso, pontuou a preocupação em relação às instituições democráticas em um ano de eleições do país.⁸

Em sua participação, o presidente brasileiro defendeu seu governo de críticas e reafirmou a existência de um governo que acredita em Deus, que respeita seus militares, e é favorável à vida desde sua concepção. Em relação à lentidão do país para prestar ajuda na busca pelo jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, que desapareceram no dia 5 de junho, na região do Vale do Javari, o chefe de estado afirmou que o país estava atuando incansavelmente com as Forças Armadas e a Polícia Federal.

Bolsonaro mencionou ainda que o Brasil é um dos países que mais preservam a natureza no mundo, e que, nesse momento, em que países desenvolvidos recorrem a combustíveis fósseis, o país assume papel fundamental como fornecedor de energia totalmente limpa rumo a uma nova economia neutra em emissões.⁹

Assim como nas outras cúpulas, a nona edição, além de fomentar o multilateralismo, contou com a adoção de um documento, liderado pelos Estados Unidos, intitulado “Declaração de Los Angeles”.¹⁰ O documento se baseia em princípios e instrumentos adotados

6 Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/06/09/remarks-by-president-biden-at-the-opening-plenary-session-of-the-ninth-summit-of-the-americas/>. Acesso em: 20/06/2022.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/06/07/entidades-pedem-que-biden-use-encontro-com-bolsonaro-para-defender-a-democracia-e-a-causa-ambiental.ghtml>. Acesso em 20/06/2022.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/06/07/entidades-pedem-que-biden-use-encontro-com-bolsonaro-para-defender-a-democracia-e-a-causa-ambiental.ghtml>. Acesso em 20/06/2022.

9 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/nos-eua-bolsonaro-diz-que-o-brasil-e-um-dos-paises-que-mais-preserva-o-meio-ambiente/#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20discursou,mais%20preserva%20o%20meio%20ambiente>. Acesso em 20/06/2022.

10 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/10/cupula-das-america-termina-com-apresentacao-de-plano-para-mudar-imigracao.ghtml>. Acesso em: 20/06/2022.



internacionalmente, incluindo o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. É preciso mencionar que o governo Biden lida com um fluxo recorde de imigrantes ilegais na fronteira ao sul, e a gestão dos fluxos migratórios é uma temática recorrente em seu mandato. Em fevereiro de 2022, uma coalizão de 55 organizações lideradas por imigrantes acusou o presidente dos Estados Unidos de ter traído suas promessas ao defender “componentes chave” das políticas de seu antecessor, Donald Trump e lamentou a falta de avanços na proteção dos migrantes.¹¹

Apesar do ceticismo de analistas políticos em relação ao documento, a adoção do pacto foi elogiada pela Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para as Migrações (OIM) ao reconhecer a necessidade urgente de trabalhar de forma colaborativa para proteger a dignidade, a vida e os direitos humanos de todos os migrantes, independentemente do status migratório.¹² O pacto encerrou uma cúpula marcada por boicotes e por uma tentativa, posicionamento claro de afirmação da liderança norte-americana.

A nona edição da Cúpula das Américas, com duração de cinco dias, teve uma programação centrada principalmente nas plenárias de alto nível, conforme tradição do evento. Apesar disso, contou com sessões voltadas à sociedade civil, juventude e empreendedorismo nas Américas. Além da cúpula com os líderes da região, foram realizados três fóruns oficiais: o Nono Fórum da Sociedade Civil, o Sexto Fórum de Jovens das Américas e a Quarta Cúpula de CEOs das Américas. O evento contou ainda com o pronunciamento de diferentes organizações, como o Fórum de Juventudes da América, e de representantes governamentais, que discutiram caminhos necessários à inclusão e participação ativa em um importante espaço de discussão.

A Cúpula das Américas é um evento realizado há mais de uma década, no qual os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério Ocidental se reúnem periodicamente para discutir problemas comuns, buscar soluções e desenvolver uma visão compartilhada para o desenvolvimento da região.¹³ A Organização dos Estados Americanos (OEA) atua como organização técnica do processo de Cúpulas. Entre os diferentes acontecimentos históricos¹⁴, está a definição da Carta Democrática Interamericana, na terceira edição em Québec, no Canadá, no ano de 2001. Nela, destaca-se o artigo 1º, frequentemente mencionado em discursos a favor da democracia, que prevê a garantia do direito à democracia por parte dos povos das Américas.

Na quinta edição do evento, em Trinidad e Tobago, no ano de 2009, o então presidente dos Estados Unidos Barack Obama recebeu um exemplar do livro “As Veias Abertas da América Latina” de Eduardo Galeano por parte do líder da Venezuela, Hugo Chávez. A imagem marcou aquele encontro com o tema de assegurar o futuro dos cidadãos da América promovendo a prosperidade humana, a segurança energética e a sustentabilidade ambiental. A edição de 2018 ficou marcada principalmente pela primeira ausência de um líder norte-americano na história da Cúpula. Tratava-se da oitava Cúpula das Américas, que tinha como tema principal o combate à corrupção e foi realizada no Peru. O então presidente norte-americano, Donald Trump, recusou pela primeira vez o convite.

Com o encerramento da nona edição da Cúpula das Américas, as tentativas do governo Biden de superar as divergências históricas com os países da região mostraram-se frustradas. A exclusão de países como Cuba, Venezuela e Nicarágua os levou a liderarem, em resposta à ação, uma reunião alternativa no âmbito da Aliança Bolivariana para os Povos da América (Alba), o que reforçou o repúdio à postura estadunidense. Por sua vez, a invocação da Carta Democrática Interamericana como pretexto para justificar a exclusão aponta também para a construção de uma narrativa que favoreça os interesses dos Estados Unidos.

11 Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/migrantes-estao-decepcionados-com-politica-migratoria-de-biden/>. Acesso em 20/06/2022.

12 Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/comunicado-da-oim-sobre-declaracao-de-los-angeles-sobre-migracao-e-protecao>. Acesso em 20/06/2022.

13 Disponível em: <https://www.oas.org/pt/topicos/cupulas.asp>. Acesso em: 21/06/2022.

14 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/edicoes-da-cupula-das-americas-sao-marcadas-por-fatos-historicos-relembre/>. Acesso em: 21/06/2022



No âmbito da Cúpula das Américas, a exclusão dos países, os boicotes, a organização e a baixa repercussão do plano econômico proposto pelo governo de Biden apontam para um fracasso no fortalecimento das relações com a América do Sul. A capacidade dos Estados Unidos de transformarem um fórum de alto nível em objeto de demarcação de sua hegemonia na região também coloca em xeque os limites institucionais da Organização dos Estados Americanos (OEA), através da qual foi criada a Cúpula. A mensagem da nona edição foi clara: os EUA gravitam em torno de seus próprios interesses e, nesse espaço, eles definiram as regras do jogo.



A crise como normalidade: a conjuntura recente na Venezuela e perspectivas para o futuro

Thaís Jesinski Batista
Pesquisadora OPISA

Introdução

A conjuntura política na Venezuela vem sendo marcada, desde a década de 2010, por sucessivas crises institucionais. O país, que apresenta um histórico de instabilidade¹⁵ desde os protestos no âmbito do *Caracazo* e do fim do *Pacto de Punto Fijo*¹⁶, vem enfrentando sucessivos momentos em que atores nacionais e estrangeiros contribuem para a instabilidade política. Um marco da aceleração dessa trajetória de sucessivas crises é a morte de Hugo Chávez, em 2013, e o processo de escolha de seu sucessor como presidente venezuelano. Nicolás Maduro foi eleito para a presidência da Venezuela em 14 de abril, com uma margem apertada de votos, o que gerou protestos organizados pela oposição. Esses protestos se repetiram, em maior ou menor grau, nos anos subsequentes, por fatores diversos.

Esse artigo tem como objetivo analisar a conjuntura recente da Venezuela, descrevendo as principais crises institucionais pelas quais o país passou entre 2019 e 2022. O argumento que se apresenta é de que a política venezuelana passou a ter a crise como padrão de funcionamento, em que instituições paralelas atuam em uma disputa por poder, o que tem como mais danoso resultado a piora das condições de vida da população venezuelana. Além desse panorama, o artigo apresenta o processo de fragmentação pelo qual passou a oposição a Nicolás Maduro com o enfraquecimento do Juan Guaidó. Por fim, são analisados como a saída de Donald Trump da presidência estadunidense, a Guerra na Ucrânia e mudanças da conjuntura regional podem oferecer caminhos para a solução da longa crise na Venezuela.

A longa crise: marcos da conjuntura venezuelana desde a morte de Chávez

A vitória apertada de Nicolás Maduro na eleição presidencial que disputou contra Henrique Capriles em 2013 – Maduro recebeu 50,66% dos votos, e seu opositor, 49,07% – gerou questionamentos e protestos. Em 2015, nas eleições para a Assembleia Nacional (AN), a oposição conquistou a maioria dos assentos, e ações por parte do governo para suspender os poderes desse órgão geraram protestos, com seu ápice em 2017. Nesse ano, o oficialismo convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o que teve como resultado a criação de um poder legislativo paralelo – dado que os opositores se recusaram a participar do pleito, de modo que a ANC foi composta, em sua maioria, por aliados do governo.

O boicote da oposição – reunida na *Mesa de Unidad Democrática* (MUD) – aos processos eleitorais venezuelanos se manteve nas eleições presidenciais de 2018, quando Maduro foi reeleito presidente com 68% dos votos. A partir de 2019, no entanto, a crise institucional da Venezuela se aprofundou, com a ascensão de um novo ator na política venezuelana: no dia 23 de janeiro, Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional de maioria opositora, se autoproclamou presidente interino da Venezuela. O ato de Guaidó foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos, pelos países da União Europeia e do Grupo de Lima¹⁷ – com a exceção do México. No entanto, ainda que reconhecida por Estados

15 O *Caracazo* foi um conjunto de protestos que ocorreram na Venezuela em 27 de fevereiro de 1989, após o aumento do preço da gasolina e em decorrência de medidas adotadas pelo então presidente Carlos Andrés Pérez. Com o aprofundamento da violência, centenas de pessoas foram mortas pelas Forças Armadas.

16 O *Pacto de Punto Fijo* foi um acordo assinado entre os partidos *Unión Republicana Democrática* (URD), *Acción Democrática* (AD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) em outubro de 1958. O *Pacto de Punto Fijo* estabelecia regras para o funcionamento da democracia na Venezuela, e a partir de sua assinatura ocorreu uma alternância de poder entre o AD e o COPEI. A eleição de Hugo Chávez, em 1998, marca o fim desse sistema. (WEBER, 2019).

17 O Grupo de Lima foi uma iniciativa estabelecida em 2017 por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia,



relevantes do sistema internacional, a presidência de Guaidó se restringia ao discurso, estando as instituições estatais e as Forças Armadas sob controle de Maduro (BATISTA, 2020a).

Ainda assim, a existência de duas Assembleias e dois Presidentes era um indicativo de como a crise venezuelana se aprofundava. Fato relevante para a política venezuelana com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente foi a centralização da representação da oposição em sua figura. Atores antes relevantes, como Leopoldo López e Henrique Capriles, quase não foram mencionados pelos jornais venezuelanos e estrangeiros em 2019. A ascensão de Guaidó, no entanto, não resultou em nenhuma ação efetiva no sentido de solucionar a grave crise institucional venezuelana. Um fato que ilustra as ações fracassadas de Guaidó é a tentativa, em 23 de fevereiro, de trazer ajuda humanitária dos Estados Unidos para o território venezuelano, pelas fronteiras com Colômbia e Brasil. Os caminhões foram barrados pelas Forças Armadas venezuelanas, e Maduro classificou o ato – chamado por Guaidó de “Dia D” – como um show e uma tentativa frustrada de intervenção (BATISTA, 2020a).

Um marco na decadência de Guaidó como representante da oposição foi um acordo, divulgado em 16 de setembro de 2019, entre o governo de Maduro e setores minoritários da oposição para o retorno de deputados do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) para a Assembleia Nacional – da qual estes deputados estavam ausentes desde a instituição da Assembleia Nacional Constituinte. A volta dos deputados oficialistas à AN foi seguida de conversas para a formação de um Comitê de Nomeações, com vistas à criação de um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O CNE organizaria, então, as eleições parlamentares de 2020. Escândalos de corrupção envolvendo membros do PSUV e de partidos da oposição, em dezembro de 2019, interromperam esse processo. Instabilidades geradas por essas acusações fizeram com que as eleições para a presidência da Assembleia Nacional fossem marcadas por conflitos dentro do bloco opositor.

No dia 5 de janeiro de 2020, foram eleitos dois presidentes para a Assembleia Nacional: Luis Parra foi eleito por deputados oficialistas e parte da oposição, e Guaidó também foi eleito em uma votação paralela. Os dois presidentes tomaram posse no prédio da AN em 7 de janeiro, dia marcado por atos de violência e conflito entre opositores e a Guarda Nacional Bolivariana. Em janeiro de 2020, portanto, a crise institucional pela qual passa a Venezuela desde a década de 2010 se aprofundou ainda mais, com a existência, em teoria, de não apenas dois presidentes – Nicolás Maduro e Juan Guaidó – e duas Assembleias – a Assembleia Nacional e a Assembleia Nacional Constituinte, como também dois presidentes da Assembleia Nacional – Luis Parra e Juan Guaidó. (BATISTA, 2020a)

Apesar do conturbado processo de eleições para presidência da AN, a instalação do Comitê de Nomeações para criação de um novo CNE teve seguimento, com seu anúncio em 9 de março. O início da pandemia de Covid-19, no entanto, interrompeu esse processo. O Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela indicou cinco nomes para o CNE no dia 5 de junho de 2020, que passaram a trabalhar na organização das eleições parlamentares em 6 de dezembro daquele ano. Com a designação do novo CNE pelo TSJ, a oposição declarou que não participaria do pleito, mantendo sua posição de boicote às eleições organizadas pelo órgão. Em 2020, se observou o ressurgimento de antigas lideranças da oposição, como Henrique Capriles e Leopoldo López, dado o enfraquecimento de Juan Guaidó.

A posição do governo Maduro nas eleições de dezembro de 2020 foi marcada por uma busca de legitimação internacional do processo. Pela primeira vez desde 2006, o governo convidou a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE) para enviarem observadores para acompanhar o processo eleitoral no país. Após essa iniciativa e o indulto a 110 presos políticos, anunciado em 31 de agosto, partes da oposição passaram a negociar a participação no pleito. As eleições parlamentares aconteceram no dia 6 de dezembro com a participação de alguns setores da oposição e sem observadores da ONU e a UE. Convém

Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, com o objetivo de mediar a solução para a crise na Venezuela. O Grupo, no entanto, não teve sucesso em seu objetivo, adotando posturas de críticas diretas ao governo de Maduro e impossibilitando a atuação como um mediador entre oficialismo e oposição.

ressaltar que essa última enviou uma missão para a Venezuela, mas concluiu que não havia condições para organização de eleições livres e justas no país em dezembro. A composição da Assembleia Nacional voltou a ser majoritariamente oficialista, com a conquista, pelo Gran Polo Patriótico (GPP), de 68,43% dos votos. O chavismo passou a ocupar 253 dos 277 assentos disponíveis na Assembleia Nacional. (BATISTA, 2020b)

A eleição, no entanto, não indica soluções para a crise venezuelana, tendo em vista que apenas 30% dos eleitores aptos a votar foram às urnas. O descrédito da população venezuelana com os processos eleitorais do país são mais um indicativo do padrão que se estabeleceu na Venezuela após a morte de Hugo Chávez e que vem sendo reforçado pelos acontecimentos narrados acima. A Venezuela se apresenta hoje como um caso singular de instabilidade institucional e degradação do regime democrático, cujas causas são diversas, mas cujo resultado é a piora das condições socioeconômicas e o sofrimento de sua população. O indicador mais claro desse processo é o crescente fluxo migratório de venezuelanos que buscam melhores condições de vida em outros países da região. Segundo o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), há mais de 5,4 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela ao redor do mundo¹⁸.

Ainda que a crise institucional que caracteriza a política venezuelana desde a morte de Hugo Chávez não tenha sido resolvida, há indícios que apontam para possíveis soluções – ou, pelo menos, a descontinuação de existência de instituições paralelas. Com a eleição de dezembro de 2020 para a Assembleia Nacional, Juan Guaidó deixou de ter, oficialmente, um cargo político. A União Europeia deixou de reconhecê-lo como presidente, referindo-se a ele como um membro destacado da oposição. Além disso, com a posse dos novos deputados, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram finalizados. Esses fatos apontam, portanto, para a volta da existência de apenas um presidente e apenas um poder legislativo. O reconhecimento de Guaidó como presidente interino, ainda que mantido pelo governo dos EUA, tem se enfraquecido progressivamente, sendo que sua capacidade de representar a oposição entre a população venezuelana já perde forças desde seu primeiro ano de “mandato”.

O fim do governo Trump e negociações entre governo e oposição: caminhos para a solução da crise na Venezuela?

A política externa dos EUA em relação à Venezuela durante o governo do republicano Donald Trump (2017-2021) foi marcada pelo endurecimento de sanções contra Maduro e membros de seu governo, numa estratégia de “pressão total”. Em 2017, Trump chegou a afirmar que os EUA não descartavam uma opção militar na Venezuela¹⁹. A partir de 2018, o governo republicano também passou a impor bloqueios financeiros às negociações com o governo venezuelano, passando a afetar inclusive o setor petrolífero – que, até então, não estava sendo impactado pelas sanções estadunidenses. Essas sanções fizeram com que a China se tornasse principal parceiro comercial a Venezuela: em 2019, o país asiático passou a ser a principal origem das importações venezuelanas, superando os EUA. Para além dessas medidas econômicas, o governo Trump também manteve e aprofundou ações diplomáticas no sentido de isolar o país sul-americano em fóruns regionais e internacionais (PEDROSO, 2021).

Um fato que ilustra essa estratégia de pressão total – ainda que o governo estadunidense tenha negado participação – é a “*Operação Gedeón*”, ocorrida em 3 de maio de 2020. Mercenários tentaram invadir a Venezuela em uma operação marítima, em lanchas vindas da Colômbia. Oito pessoas foram mortas na tentativa de desembarque próxima à cidade de La Guaira, a 32 quilômetros da capital Caracas. Além disso, a frustração da invasão resultou em 45 pessoas presas, entre elas dois ex-militares estadunidenses e funcionários da Silvercorp, empresa de segurança dos EUA. O fundador da empresa, Jordan Goudreau, veterano das Forças Armadas estadunidenses, assumiu participação na invasão. Segundo

18 Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em 11/07/2022.

19 Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40907714>. Acesso em 11/07/2022.



Goudreau, o plano seria capturar Maduro e mandá-lo para os EUA²⁰.

Com o fim do governo de Donald Trump e a eleição de Joe Biden, essa estratégia de pressão total foi interrompida. Ainda que seja cedo para avaliar a política externa do presidente democrata para a Venezuela, o primeiro ano e meio de sua gestão já apresentou mudanças na condução das relações entre EUA e o país sul-americano, que serão analisadas nessa sessão. As ações do governo de Maduro no final do ano de 2020 e durante o ano de 2021 também sinalizam uma vontade do governo de buscar novas formas de diálogo e soluções para a crise no país, como pode ser observado com o convite à ONU e à UE para que enviassem observadores para as eleições legislativas do dia 6 de dezembro de 2020. Em 4 de maio de 2021, a Assembleia Nacional designou 5 novos nomes para compor o CNE, para que o Conselho iniciasse a organização das eleições regionais venezuelanas em novembro. Fato relevante foi a indicação de dois nomes ligados a setores da oposição: Enrique Márquez, do partido *Un Nuevo Tiempo*, e Roberto Picón, assessor político da coalizão *Mesa de Unidad Democrática*²¹.

Em maio de 2021, também ocorreram sinalizações por parte do governo Maduro e do governo Biden no sentido de buscar soluções negociadas para a crise: o governo venezuelano afirmou estar disposto a retomar as negociações com a oposição, com a mediação da Noruega²². No dia 26 de maio, Juan González, diretor para o Hemisfério Ocidental do Conselho de Segurança Nacional, afirmou que os EUA apoiavam uma solução negociada para a crise, mas que as sanções permaneceriam até a realização de eleições “livres e justas” no país. Um dia depois, Maduro declarou que as condições para o diálogo incluíam a suspensão dessas sanções, o reconhecimento da Assembleia Nacional eleita em 2020 como poder legislativo legítimo no país e a devolução das contas bancárias da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)²³.

Outro sinal da mudança na política externa dos EUA para a Venezuela foi o comunicado conjunto, de 25 de junho de 2021, de Josep Borrell, Alto Representante de Política Externa da UE, e Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA. Nesse comunicado, foi declarado que a solução pacífica da crise na Venezuela devia partir de seu próprio povo. Alguns dias depois, uma missão técnica da UE chegou à Venezuela para avaliar a possibilidade de envio de observadores para as eleições regionais do país, agendadas para o dia 21 de novembro. A missão esteve na Venezuela entre os dias 6 e 23 de julho, e teve reuniões com membros do governo e da oposição, entre eles o então chanceler Jorge Arreaza, o presidente da Assembleia Nacional Jorge Rodríguez, o ministro da defesa Vladimir Padrino e membros da *Mesa de Unidad Democrática*. Relevante mencionar também que essa coalizão de partidos opositores, que estava impedida de participar de novos pleitos desde 2018, foi reabilitada pelo CNE em 29 de junho²⁴.

No segundo semestre de 2021, os diálogos entre governo e oposição, mediados pela Noruega, foram retomados. O local escolhido para essas novas rodadas de conversas foi o México. Esse fato demonstra a capacidade desse país em se colocar como um mediador, na região, na busca por soluções para a crise venezuelana, e expõe ainda mais a total ausência do Brasil nesse processo. Entre os dias 13 e 15 de agosto, ocorreu a primeira rodada de conversas entre o governo e a oposição na Cidade do México, com mediação do governo da Noruega. O presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, o governador do estado

20 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/06/Conjuntura-Latitude-Sul_Maio2020v2.pdf. Acesso em 11/07/2022.

21 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

22 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

23 Em 2018 se iniciaram conversas entre governo e oposição em Oslo, com a mediação do governo norueguês. O diálogo, no entanto, foi suspenso em setembro de 2019 – oficialistas afirmaram que a oposição não cumpriu sua promessa de conversar com o governo de Donald Trump para aliviar as sanções contra membros do governo Maduro, e a oposição declarou que a delegação de Maduro não aceitava suas condições de organizar novas eleições e afastar o sucessor de Chávez do poder.

24 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Julho2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

de Miranda, Héctor Rodríguez, e o deputado e filho do presidente Nicolás Maduro, Nicolás Maduro Guerra, foram os representantes do governo. Por parte da oposição, participaram das negociações seus quatro principais partidos: *Acción Democrática* (AD), *Un Nuevo Tiempo* (UNT), *Voluntad Popular* (VP), e *Primero Justicia* (PJ), conformados na chamada Plataforma Unitária. O presidente da plataforma, Gerardo Blyde, foi o chefe da delegação opositora, que também incluiu políticos como Tomás Guanipa (PJ), Luis Emilio Rondón (UNT) e Luis Aquiles Moreno (AD). No dia 13 de agosto, foi divulgado um memorando de entendimentos entre as partes, e foram agendadas novas negociações entre os dias 3 e 6 de setembro.²⁵

A segunda rodada de negociações teve como resultado o anúncio de dois acordos. O primeiro reafirmava a soberania venezuelana sobre o território de Essequibo – região disputada com a Guiana, e o segundo tratava da necessidade de priorizar medidas de proteção social aos venezuelanos e facilitar a entrada de ajuda humanitária no país. A terceira rodada de negociações, prevista para acontecer entre os dias 24 e 27 de setembro, se iniciou com dois dias de atraso. Segundo a comitiva do governo de Nicolás Maduro, o atraso ocorreu em decorrência das declarações feitas pela primeira-ministra norueguesa, Erna Solberg, sobre a deterioração da democracia na Venezuela durante seu discurso na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Além desse incidente, a terceira rodada foi marcada por tensões envolvendo o empresário Alex Saab, ligado ao governo de Maduro e preso em Cabo Verde por denúncias de corrupção. Nesse cenário, as conversas terminaram sem grandes resultados. No comunicado final, mencionou-se o rechaço a atos de xenofobia ocorridos contra migrantes venezuelanos no Chile e o acordo sobre consultas a outros setores da política venezuelana sobre as negociações em curso.²⁶

Em 16 de outubro de 2021, o governo da Venezuela anunciou que não iria à Cidade do México para uma nova rodada de negociações com a oposição, agendada para ocorrer entre os dias 17 e 20 desse mês. A suspensão foi causada pela extradição, no dia 16 de outubro, do empresário colombiano Alex Saab para os EUA. Saab atuou em programas sociais do governo de Nicolás Maduro, em especial na distribuição de alimentos subsidiados para a população venezuelana. O governo dos EUA acusa o empresário de lavagem de dinheiro e ligações com o narcotráfico. Em abril de 2018, Saab foi naturalizado venezuelano e nomeado diplomata pelo governo Maduro. Em junho de 2020, quando viajava ao Irã para tratar de negociações para a compra de combustível, alimentos e medicamentos, Saab foi preso durante a escala de seu voo em Cabo Verde. A extradição do empresário ocorreu apenas um dia antes das eleições no país africano.²⁷

Em 21 de novembro de 2021, ocorreram eleições regionais na Venezuela para a escolha de novos representantes para 3.082 cargos, entre governadores, prefeitos, legisladores regionais e vereadores. Apesar da suspensão das negociações em outubro, parte da oposição abandonou a estratégia, adotada desde 2017, de boicotar os pleitos organizados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). A *Plataforma Unitária*, grupo que reúne os quatro principais partidos de oposição, participou das eleições, concorrendo pela *Mesa de Unidad Democrática* (MUD), coligação que venceu as eleições legislativas da Venezuela em 2015. O setor liderado por Leopoldo López e Juan Guaidó, no entanto, não participou.²⁸

Outro fator novo nas eleições de 21 de novembro foi a presença de observadores internacionais: mais de 300, de 55 países, estiveram no país, incluindo membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE). O envio de missão de observação para as eleições na Venezuela pela UE não ocorria há 15 anos. Isabel Santos, chefe da missão de observadores do bloco europeu, afirmou que o pleito transcorreu

25 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Agosto2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

26 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Setembro2021_convert-ed.pdf. Acesso em 11/07/2022.

27 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Outubro2021-1.pdf. Acesso em 11/07/2022.

28 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/12/ConjunturaLATSUL_Novembro2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.



tranquilamente. Segundo informe preliminar da UE, as eleições transcorreram em melhores condições se comparadas às anteriores, mas ainda assim ocorreram problemas como a falta de independência judicial e a proibição de certas candidaturas. A declaração final da UE indicou que as eleições apresentaram melhoras em relação aos pleitos anteriores, destacando-se a pluralidade do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão responsável pela organização das eleições.²⁹

Os resultados das eleições regionais na Venezuela em novembro de 2021 foram uma vitória consistente do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), do presidente Nicolás Maduro. O PSUV ganhou 20 dos 23 estados do país, além da capital Caracas. A oposição conquistou os governos de Zulia, Nueva Esparta e Cojedes. A participação da população nas eleições, no entanto, foi a menor em 20 anos: apenas 41,8% dos eleitores aptos a votar compareceram às urnas.³⁰

Por fim, vale destacar que o pleito no estado venezuelano de Barinas, onde nasceu o ex-presidente Hugo Chávez, foi anulado pelo TSJ. Barinas era governado pela família Chávez desde 1998, e os resultados projetados da eleição davam ao candidato opositor, Freddy Superlano (MUD), 37,6% dos votos, e ao candidato Argenis Chávez, então governador de Barinas e irmão de Hugo Chávez, 37,21% dos votos. O TSJ suspendeu a apuração e o pleito pela condição de inelegibilidade de Freddy Superlano, acusado de corrupção. Com a suspensão, Argenis Chávez renunciou ao cargo de governador e desistiu da disputa. Uma segunda eleição foi organizada em 9 de janeiro de 2022, e teve como resultado a vitória ao candidato da MUD, Sergio Garrido, que teve 55,36% dos votos, contra 41,27% dos votos para o candidato do PSUV, Jorge Arreaza, que reconheceu a vitória do opositor.³¹

Apesar da conjuntura de crise permanente que caracteriza a Venezuela nos últimos anos, os acontecimentos do ano de 2021 no país demonstram que soluções são possíveis de serem buscadas. A retomada das negociações entre governo e oposição mediadas pela Noruega, e a organização de pleitos com observadores internacionais e participação de parte da oposição, assim como o reconhecimento da vitória da oposição no estado natal de Chávez, são indicativos de que governo e oposição poderiam construir uma rota de diálogo com o objetivo de fortalecer a democracia e retomar a confiança nas instituições do país. A próxima sessão analisa como conjunturas recentes poderiam afetar esse prognóstico.

A Guerra na Ucrânia e vitórias da esquerda na América do Sul: novas perspectivas para o futuro político na Venezuela

A Guerra iniciada em 24 de fevereiro de 2022, com a invasão do território ucraniano por tropas russas, é um marco na conjuntura internacional, cujos efeitos de longo prazo ainda serão avaliados. Quatro meses após o início do conflito já se identificam, no entanto, alguns efeitos nas relações internacionais da Venezuela. Nicolás Maduro, que declarou apoio à Rússia, recebeu uma visita de uma delegação enviada pelo governo de Joe Biden em 5 de março. Entre os enviados, estava o conselheiro para América Latina, Juan González, e o embaixador James Story. Na ocasião, foram discutidas condições para o alívio das sanções estadunidenses.³²

Um dia após o retorno da delegação, o governo Biden anunciou sanções à Rússia. Com a interrupção da importação de petróleo russo, a Venezuela volta a ser um possível fornecedor para os EUA. Após o encontro, Maduro declarou que a reunião foi “respeitosa, cordial e diplomática”. Também anunciou a liberação de dois presos estadunidenses e a retomada do diálogo com a oposição – que vinha ocorrendo em 2021 no México, com a intermediação

29 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_JaneiroeFevereiro2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

30 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/12/ConjunturaLATSUL_Novembro2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

31 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_JaneiroeFevereiro2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

32 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_JaneiroeFevereiro2021.pdf. Acesso em 11/07/2022.

da Noruega. As reações entre a oposição venezuelana foram diversas: Henrique Capriles avaliou o encontro como positivo, já Juan Guaidó pediu que as petroleiras multinacionais “não troquem um ditador por outro” (ALBUQUERQUE et al., 2022). Em 17 de maio, o governo dos EUA anunciou a flexibilização de sanções ao setor energético da Venezuela. Segundo declaração de Joe Biden, presidente estadunidense, a empresa Chevron ganharia uma licença para negociar petróleo com a PDVSA.³³

A flexibilização das sanções foi condicionada, no entanto, à retomada do diálogo entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, que estavam ocorrendo no ano de 2021 no México, com a mediação da Noruega. Em 17 de maio, Jorge Rodríguez, chefe da delegação de Maduro, e Gerardo Blyde, porta-voz da Plataforma Unitária, se reuniram para conversar sobre as condições para a retomada do diálogo. O governo mexicano se colocou à disposição para sediar novas rodadas. A retomada das negociações, no entanto, depende de fatores como a exigência do governo de Maduro de que Alex Saab, empresário colombiano aliado do governo, esteja presente nas conversas. Saab está atualmente preso nos EUA.³⁴ Um indicativo de que as negociações possam voltar a acontecer nos próximos meses foi o encontro entre Rodríguez e Blyde em Oslo, no dia 21 de junho, em um Fórum que reuniu especialistas em mediação de conflitos.³⁵

Apesar da visita da delegação estadunidense, a posição do governo Maduro continua sendo de apoio à Rússia. Antes da visita, Maduro havia declarado apoio a Vladimir Putin. Além disso, no dia 10 de março, a vice-presidenta Delcy Rodríguez e o chanceler Félix Plasencia se reuniram com o chanceler russo Sergey Lavrov na Turquia, e reafirmaram seus laços de amizade (ALBUQUERQUE et al., 2022). Uma segunda visita de uma delegação dos EUA à Venezuela ocorreu no dia 27 de junho, com o objetivo de dar continuidade aos temas da agenda bilateral cujas conversas se iniciaram na visita de março.³⁶ Alguns dias depois, o novo chanceler venezuelano, Carlos Faría, foi a Moscou e se reuniu com o chanceler Lavrov em 4 de julho para tratar do fortalecimento da cooperação entre os dois países.³⁷

Por fim, para além das mudanças nas relações entre a Venezuela e os EUA, um último fator deve ser considerado na análise da política venezuelana e na prospecção de soluções para a longa crise pela qual passa o país é o contexto regional sul-americano. Ainda que o México se apresente hoje como o principal ator regional que apoia a busca por uma solução negociada para a crise, eleições de candidatos a esquerda do espectro político em países da América do Sul poderiam oferecer mais uma possibilidade de mediação da crise na Venezuela. O fracasso da atuação do Grupo de Lima e da Organização dos Estados Americanos (OEA) nesse sentido poderia ser substituído por uma coalizão de países capazes de mediar o diálogo entre a oposição e o governo venezuelanos.

Indicativos para esse caminho são as eleições no Chile em 2021, e na Colômbia e no Brasil em 2022. Em 19 de dezembro de 2021, Gabriel Boric, do partido Convergência Social, foi eleito presidente do Chile. Ainda que a política externa do atual presidente chileno ainda não esteja muito bem definida, Boric já deu sinais de que não adotará uma posição de isolamento da Venezuela, como pode ser observado em sua declaração em que afirmou ter sido um erro excluir a Venezuela da Cúpula das Américas, evento organizado pelo governo de Joe Biden entre os dias 6 e 10 de junho de 2022, em Los Angeles.³⁸

As eleições na Colômbia também foram ganhas por um candidato de esquerda, em momento histórico para o país tradicionalmente governado pela direita: em 19 de junho

33 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Maio2022.pdf. Acesso em 11/07/2022.

34 Disponível em http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Maio2022.pdf. Acesso em 11/07/2022.

35 Disponível em <https://efectococuyo.com/politica/de-caracas-a-oslo-los-nuevos-pasos-que-buscan-reanudar-la-negociacion/>. Acesso em 11/07/2022.

36 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/delegacao-dos-eua-viaja-a-venezuela-em-2a-visita-em-3-meses-ao-pais.shtml>. Acesso em 11/07/2022.

37 Disponível em <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/75449/alem-do-petroleo-russia-e-venezuela-caminham-para-cooperacao-bilateral-no-espaco>. Acesso em 11/07/2022.

38 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cupula-das-americas-boric-afirma-que-foi-um-erro-excluir-cuba-nicaragua-e-venezuela/>. Acesso em 11/07/2022.



de 2022 Gustavo Petro, da coalizão Pacto Histórico, foi eleito presidente. Com relação à Venezuela, o futuro presidente colombiano anunciou que já se comunicou com o governo de Nicolás Maduro e que, assim que tomar posse, reabrirá as fronteiras do país com a Venezuela.³⁹

Por fim, em outubro de 2022, ocorrerão eleições presidenciais no Brasil, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, lidera as pesquisas de intenção de voto.⁴⁰ Sua vitória poderia significar a retomada de uma política externa ativa na região sul-americana, assim como o apoio do governo brasileiro ao processo de mediação entre governo e oposição na Venezuela, em busca de soluções que fortaleçam a democracia e as instituições do país.

Considerações Finais

A Venezuela passa há alguns anos por sucessivas crises, que se tornaram o padrão de funcionamento político do país na última década. Desde a morte de Hugo Chávez em 2013, protestos tomam as ruas do país de tempos em tempos. Adicionalmente, o agravamento das condições econômicas e sociais no país contribuem para que a Venezuela se torne uma das principais crises migratórias do planeta atualmente. Em 2019, com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente, a oposição foi unificada sob uma liderança. Essa, no entanto, não foi capaz de solucionar a crise venezuelana, aprofundando rupturas institucionais e tendo sua legitimidade cada vez mais apoiada em reconhecimentos internacionais e menos em representatividade do povo venezuelano.

O fim do governo de Donald Trump nos EUA e da política de pressão total coincidiu com a adoção, por parte do governo de Nicolás Maduro, de posições mais abertas à comunidade internacional. O governo venezuelano convidou a ONU e União Europeia para enviarem observadores para as eleições legislativas em dezembro de 2020 e regionais em novembro de 2021. Além disso, governo e oposição voltaram a mesa de negociações no México a partir de agosto de 2021, com a mediação da Noruega. Como resultado desses movimentos, as eleições de novembro de 2021 apresentaram dois fatos novos: pela primeira vez em 15 anos, a UE enviou uma missão de observadores para a Venezuela, e, pela primeira vez desde 2017, parte da oposição abandonou a estratégia de boicote e participou do pleito.

Algumas mudanças na conjuntura internacional e regional sul-americana podem oferecer caminhos para que a Venezuela aumente seu grau de estabilidade institucional, com o objetivo de que a crise deixe de ser uma normalidade no país. A aproximação do governo estadunidense à Venezuela após a invasão russa na Ucrânia e as eleições de governos à esquerda em países-chave da América do Sul podem oferecer maiores incentivos à uma solução negociada entre governo e oposição. Por fim, hoje, a política de isolamento da Venezuela adotada por Trump continua a ser executada apenas pelo Brasil de Jair Bolsonaro. A partir de 2023, espera-se que um novo governo brasileiro possa retomar a política externa ativa na região, com o oferecimento de mediação para a principal crise sul-americana da atualidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Marianna; BATISTA, Thaís; CLOSS, Marília; IVES, Diogo; LANGE, Pedro; LEÃO, André; LONDOÑO, Andrés; NASCIMENTO, Jefferson; NICODEMOS, Ghaio; QUEIROZ, Guilherme; ROCHA, Marllon; WOLPERT, Leandro; ZUCATTO, Giovana. As posições da América do Sul na guerra da Ucrânia. Boletim OPISA, n. 1, jan./mar., 2022, Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Boletim_OPISA_2022_n1-1.pdf. Acesso em: 11/07/2022.

BATISTA, Thaís Jesinski. Dois presidentes e três assembleias: a crise na Venezuela

39 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/recebe-eleito-na-colombia-gustavo-petro-anuncia-reabertura-de-fronteiras-com-venezuela/>. Acesso em 11/07/2022.

40 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-quest-para-presidente-lula-tem-45-bolsonaro-31-e-ciro-6/>. Acesso em 11/07/2022.



se aprofunda. Boletim OPSA, n. 1, jan./mar., 2020. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n1_jan-mar-.pdf. Acesso em: 11/07/2022.

BATISTA, Thaís Jesinski. Longe do fim: a conjuntura recente da crise na Venezuela. Boletim OPSA, n. 4, out./dez., 2020. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n4_out-dez.pdf. Acesso em: 11/07/2022.

PEDROSO, Carolina. Um balanço da relação entre Estados Unidos e Venezuela no governo Trump. Sul Global, n. 2, v. 2, 2021. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/42071>. Acesso em 11/07/2022.

WEBER, Leonardo Albarello. De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos (1999-2018). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.



Um ano de governo Lasso: crise ampla, escalada autoritária e busca de um Plano Equador com os Estados Unidos

**Diogo Ives
Ghaio Nicodemos**
Pesquisadores OPISA

Introdução

Guillermo Lasso completou um ano na presidência do Equador em 23 de maio de 2022. O ex-banqueiro sucedeu Lenín Moreno no posto, cujo governo foi marcado por um distanciamento do projeto progressista liderado por Rafael Correa, que governou o país entre 2007 e 2017. Lasso foi um apoiador constante das políticas adotadas por Moreno, com destaque para a austeridade econômica, o emprego de militares na segurança pública e o alinhamento a interesses dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴¹. Vencida a eleição presidencial de 2021, as expectativas para o governo Lasso eram de continuidade em relação às linhas gerais do antecessor⁴². Neste artigo, apresentamos uma análise descritiva dos seus 12 primeiros meses de mandato, com base em notícias da imprensa equatoriana, a fim de avaliarmos se tais expectativas foram concretizadas.

Nos três primeiros meses, o enfrentamento à pandemia de Covid-19 teve destaque maior na agenda do governo, que tem como vice-presidente Alfredo Borrero, médico e professor universitário, escolhido por Lasso para compor a chapa eleitoral precisamente para sinalizar à população que este tema seria prioritário. Tão logo empossado, o presidente anunciou um plano de vacinação chamado “9/100”, com o objetivo de vacinar 9 milhões de equatorianos (cerca de 60% da população) nos primeiros 100 dias de governo⁴³. Ao custo de US\$ 200 bilhões, foram encomendadas 20 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 de diferentes laboratórios estrangeiros, sendo 18 milhões correspondentes apenas a Sputnik, produzida na Rússia⁴⁴, o que contou com negociações diretas entre Lasso e seu homólogo, Vladimir Putin⁴⁵. O governo teve êxito em cumprir o plano de vacinação, aplicando 16 milhões de doses até 31 de agosto de 2021, e conseguiu se diferenciar positivamente do governo Moreno, que havia aplicado apenas 2 milhões de doses entre 21 de janeiro e 24 de maio do mesmo ano⁴⁶. O sucesso da ação rendeu, em agosto de 2021, a taxa de aprovação popular mais alta de Lasso até hoje: 74,1%, segundo pesquisa da *Cedatos*⁴⁷.

Melhorado o quadro sanitário da pandemia, o governo teve de lidar com a sua consequente crise socioeconômica: em agosto de 2021, a taxa de pobreza incluía 35% da população, e a de extrema pobreza, 15%, o que significava um retrocesso de dez anos nestes indicadores, segundo pesquisa da *Fundación Donum*⁴⁸. A segunda seção do artigo descreve as principais medidas econômicas tomadas em face deste cenário, as quais mantiveram-

41 Ver IVES, Diogo. Menos democracia e mais dependência: um balanço do governo Moreno no Equador. Boletim OPISA, n. 3, 2021.

42 Ver IVES, Diogo. As eleições de 2021 no Equador. Boletim OPISA, n. 1, 2021.

43 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/24/el-nuevo-plan-de-vacunacion-de-ecuador-iniciara-el-31-de-mayo/>. Acesso em 17/06/2022.

44 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/31/ecuador-solicito-a-rusia-18-millones-de-dosis-de-la-vacuna-sputnik-v/>. Acesso em 17/06/2022.

45 Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/44/presidente-lasso-libre-comercio-vladimir-putin>. Acesso em 17/06/2022.

46 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/30/vacunacion-y-crisis-marcan-los-cien-dias-del-gobierno-de-lasso-en-ecuador/>. Acesso em 17/06/2022.

47 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/04/lasso-disfruta-de-aprobacion-del-741-en-primeros-100-dias-de-gobierno/>. Acesso em 17/06/2022.

48 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/29/ecuador-retrocedio-diez-anos-en-pobreza-durante-la-pandemia-segun-estudio/>. Acesso em 17/06/2022.

se orientadas pela ideologia neoliberal de redução das responsabilidades do Estado e subserviência a diretrizes do FMI, dando sequência, neste aspecto, ao governo anterior. Como explicado na terceira seção, tal como ocorreu nos anos de Moreno, a agenda de austeridade foi constantemente repudiada nas ruas por movimentos sociais, com destaque para a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE) e a *Frente Unitario de los Trabajadores* (FUT). A contestação popular somou-se a uma dificuldade crescente de Lasso em ter uma governabilidade estável dentro da Assembleia Nacional, onde sua base parlamentar é estreita, culminando em ameaças do presidente de dissolver o Parlamento, conforme relatado na quarta seção. Toda esta crise política conviveu, ainda, com uma deterioração do ambiente de segurança pública, devido a aumentos de disputas violentas entre quadrilhas de narcotráfico nos presídios do país, o que foi respondido por Lasso com uma militarização crescente da agenda, novamente dando sequência ao feito por Moreno, o que tratamos na quinta seção. Finalmente, a última seção descreve a política externa do primeiro ano de governo, marcada, assim como nos anos de Moreno, pela busca de abertura econômica do país e por uma intensificação da cooperação securitária com os Estados Unidos, país com que Lasso almeja desenvolver, declaradamente, um Plano Equador, inspirado no Plano Colômbia, a fim de aplacar problemas domésticos com auxílio militar estadunidense.

Redução do Estado e subserviência ao FMI

Na política econômica, Lasso manteve-se fiel às propostas de cunho neoliberal apresentadas na eleição de 2021, as quais foram formuladas pela *Fundación Ecuador Libre*, entidade criada por ele, em 2006, e integrante da Rede Atlas, uma rede transnacional de *think tanks* que propõem políticas públicas baseadas no fundamentalismo de livre mercado⁴⁹. O plano de governo apresentado na eleição serviu de base para a formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2021-2015, que Lasso enviou à Assembleia Nacional em setembro de 2021. O documento registra que o papel do governo se limitará à criação de condições adequadas para que o setor privado crie empregos e que, para tanto, é necessária a existência de uma economia de livre mercado⁵⁰.

Para implementar este projeto, Lasso cercou-se de uma equipe ministerial alinhada com interesses do setor privado doméstico e externo. Simón Cueva, ministro de Economia e Finanças, é um economista com passagens pelo FMI, Banco Mundial e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁵¹. Por sua vez, Patricio Donoso, ministro do Trabalho, foi presidente do Comitê Empresarial Equatoriano, maior entidade patronal do país⁵². Julio José Prado, ministro de Produção, Comércio Exterior, Investimentos e Pesca, exerceu a presidência executiva da Associação de Bancos Privados do Equador⁵³.

Na véspera de ser empossado, Lasso participou de um fórum organizado pela *Fundación Internacional por la Libertad*, dirigida pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa, e especificou as prioridades que seu governo perseguiria: duplicação da produção de petróleo, concessão de refinarias à iniciativa privada, impulso à mineração e privatização de áreas estatais⁵⁴. Nos meses seguintes, para duplicar a produção petrolífera de 530 mil barris/dia para 1 milhão de barris/dia⁵⁵, o governo apostou em alianças público-privadas e contratos

49 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/ecuador-libre-pensamiento-detras-lasso/>. Acesso em 17/06/2022.

50 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/23/estas-son-las-metas-del-gobierno-para-los-proximos-cuatro-anos/>. Acesso em 17/06/2022.

51 Disponível em: <https://www.finanzas.gob.ec/simon-cueva/>. Acesso em 17/06/2022.

52 Disponível em: <https://guillermolasso.ec/patricio-donoso-ministerio-de-trabajo/>. Acesso em 17/06/2022.

53 Disponível em: <https://www.ide.edu.ec/corp/entorno-economico/julio-jose-prado/>. Acesso em 17/06/2022.

54 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/24/lasso-apostara-por-mas-petroleo-mineria-y-privatizaciones-en-ecuador/>. Acesso em 17/06/2022.

55 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/06/02/lasso-designa-a-juan-carlos-bermeo-como-ministro-de-energia/>. Acesso em 17/06/2022.



de prestação de serviços com empresas estrangeiras, como Repsol⁵⁶ e Halliburton⁵⁷, para explorações em campos localizados na Amazônia. Ao mesmo tempo, todos os 48 postos de gasolina da estatal Petroecuador foram colocados à venda, em junho de 2021, e foram anunciados estudos de concessão para suas três refinarias (Esmeraldas, Shushufindi e La Libertad)⁵⁸. Para o setor de mineração, o governo pretende ampliar sua fatia no PIB de 1% para 4% e, neste sentido, anunciou, em setembro de 2021, que buscará investidores privados para viabilizar quatro grandes projetos de produção e exportação de metais no país, que contava, até então, com apenas duas plantas deste tipo⁵⁹.

Além de petróleo e mineração, a iniciativa privada também foi beneficiada em outras áreas. No seu primeiro dia de mandato, Lasso expediu um decreto que derogou a Lei de Comunicação, criada em 2013, pelo governo Correa, para atribuir responsabilidades ao Estado na supervisão das empresas privadas do setor de telecomunicação⁶⁰. O governo também planeja a privatização da estatal de telefonia CNT⁶¹. No setor financeiro, almeja vender o *Banco del Pacífico*⁶². Para o setor de infraestrutura, anunciou, em julho de 2021, um pacote de concessões de 18 projetos viários, como estradas e pontes⁶³. Para a agropecuária, o governo planeja conceder, ao longo de quatro anos, US\$ 1 bilhão em créditos, a serem pagos em 30 anos⁶⁴. No setor de educação, o governo lançou, em agosto de 2021, um plano de educação técnica a ser custeado por meio de parcerias público-privadas⁶⁵ e enviou um projeto de lei à Assembleia Nacional para reformar a educação superior e retirar a gratuidade do ensino a estudantes universitários que não conseguirem aprovação em um determinado número de disciplinas⁶⁶. A tentativa de atrair investidores estrangeiros para viabilizar todos estes projetos foi constante. Em novembro, o governo organizou um evento internacional de dois dias para mais de mil empresários, chamado “Ecuador Open for Business 2021” e guiado pelo lema de “Mais Equador no mundo e mais mundo no Equador”⁶⁷. Durante o evento, Lasso expediu um decreto criando o Sistema Nacional de Atração e Facilitação de Investimentos, a fim de reduzir a burocracia do processo⁶⁸. No mês seguinte, firmou outro decreto, que determinou a redução progressiva do Imposto de Saída de Divisas ao longo de 2022⁶⁹.

A venda de ativos públicos e o barateamento da saída de dólares do país (que utiliza o dólar como moeda corrente) tem a consequência previsível de reduzir a receita do

56 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/07/02/petroecuador-espera-que-acuerdo-con-repsol-refuerce-alianzas-publico-privadas/>. Acesso em 17/06/2022.

57 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/20/la-estadounidense-halliburton-perforara-siete-pozos-petroleros-en-la-amazonia-de-ecuador/>. Acesso em 17/06/2022.

58 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/decreto-lasso-produccion-petroleo-gasolinas-refinerias-ecuador/>. Acesso em 17/06/2022.

59 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/17/cuatro-proyectos-mineros-entraran-en-produccion-en-ecuador-hasta-2025/>. Acesso em 17/06/2022.

60 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/24/lasso-deroga-el-reglamento-a-la-ley-de-comunicacion-y-enviara-a-la-asamblea-un-nuevo-proyecto/>. Acesso em 17/06/2022.

61 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/lasso-china-cnt-banco-pacifico-ecuador/>. Acesso em 17/06/2022.

62 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/guillermo-lasso-espera-vender-este-ano-el-banco-del-pacifico-para-seguir-reduciendo-el-deficit-fiscal-nota/>. Acesso em 17/06/2022.

63 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/06/28/el-gobierno-prepara-un-paquete-de-proyectos-variables-que-seran-concesionados/>. Acesso em 17/06/2022.

64 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/11/lasso-firma-decreto-para-creditos-al-agro-y-anunciara-alza-del-salario-minimo/>. Acesso em 17/06/2022.

65 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/11/gobierno-ecuatoriano-presenta-un-nuevo-plan-de-formacion-tecnica-profesional/>. Acesso em 17/06/2022.

66 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/21/preocupan-articulos-que-limitan-gratuidad-en-la-u/>. Acesso em 17/06/2022.

67 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/19/ecuador-firma-compromisos-de-inversion-en-el-sector-minero-por-475-millones-de-dolares/>. Acesso em 17/06/2022.

68 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/lasso-firma-decretos-captacion-inversiones.html>. Acesso em 17/06/2022.

69 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/lasso-decreto-oficializa-reduccion-progresiva-isd.html>. Acesso em 17/06/2022.

Estado. Para arcar com o custeio de despesas correntes, o governo buscou empréstimos em organismos internacionais, com a contrapartida de manter a austeridade fiscal⁷⁰. Foram obtidos empréstimos de US\$ 325 milhões do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF⁷¹), para ajudar na recuperação da economia após a pandemia de Covid-19⁷², e de US\$ 100 milhões do Banco Europeu de Investimentos, para financiar projetos de abastecimento de água⁷³. Entretanto, o acordo de empréstimo de US\$ 4,2 bilhões assinado entre o Equador e o FMI em 2019, pelo governo Moreno, e elevado para US\$ 6,5 bilhões, em 2020, segue vigente e é a principal fonte de recursos externos. Para a liberação de parcelas do empréstimo ao longo do primeiro ano de governo, Lasso se comprometeu, ante o FMI, a reduzir gastos públicos, aumentar a arrecadação em apenas 0,7% por meio de taxas temporárias sobre grandes fortunas e salários altos⁷⁴, além de submeter um projeto de lei, à Assembleia Nacional, que incluía a criação de contratos de trabalho temporário que durariam quatro anos e que seriam menos protegidos pela legislação trabalhista do que contratos efetivos⁷⁵.

Contestação popular nas ruas

A deterioração do bem-estar social da maior parte da população em face da política de austeridade e a redução de autonomia do Equador perante o FMI foram denunciadas constantemente por CONAIE e FUT como resultados do primeiro ano do governo Lasso. O desagrado da CONAIE com os projetos de aumento da exploração de petróleo e minérios não foi alterado por anúncios do governo, em junho de 2021, acerca de um projeto de transição ecológica até 2050 para aumentar a produção de energia limpa (o que o próprio governo admitiu ser uma estratégia para negociar acordos comerciais internacionais)⁷⁶ e de um plano de descarbonização para reduzir emissões de gases poluentes gradualmente⁷⁷. Em dezembro, a CONAIE entrou com um pedido na Corte Constitucional para anular os projetos de expansão da mineração no país⁷⁸. Por sua vez, a FUT opôs-se às propostas de mudança na legislação trabalhista, apresentou uma proposta para um novo Código de Trabalho com 429 artigos que fortaleceriam direitos laborais⁷⁹ e reivindicou uma política de aumento do salário mínimo de US\$ 25 dólares por semestre⁸⁰, o que o governo concedeu apenas uma vez até agora, em dezembro de 2021.

Em especial, tanto CONAIE quanto FUT concentraram críticas na deterioração do poder de compra da maioria da população, em razão da política de definição de preços de combustíveis vigente no país. Durante o governo Moreno e com assessoria do Banco Mundial, tais preços passaram de fixados a móveis, sendo reajustados mensalmente pelo Estado conforme variações do mercado internacional de petróleo, em obediência a exigências do FMI para reduzir subsídios públicos. O governo Lasso mantém esta política, a despeito das

70 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/07/13/ecuador-usara-apoyo-de-multilaterales-para-reactivar-la-economia/>. Acesso em 17/06/2022.

71 Antiga Corporação Andina de Fomento, instituição que deu origem a sigla usada até hoje.

72 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/07/caf-y-ecuador-firman-dos-creditos-por-325-millones-de-dolares/>. Acesso em 17/06/2022.

73 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2022/01/21/prestamo-por-100-millones-de-dolares-de-bei-para-obras-de-agua-en-ecuador/>. Acesso em 17/06/2022.

74 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/10/gremios-y-organizaciones-de-ecuador-convo-can-protesta-por-reforma-laboral/>. Acesso em 17/06/2022.

75 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/24/reformas-tributarias-y-laborales-de-lasso-generan-reservas-de-varios-sectores/>. Acesso em 17/06/2022.

76 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/06/05/ecuador-impulsara-transicion-ecologica-para-alcanzar-cero-emisiones-en-2050/>. Acesso em 18/06/2022.

77 Disponível em: <https://www.letelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/44/ecuador-lanza-el-plan-nacional-de-transicion-hacia-la-descarbonizacion/>. Acesso em 18/06/2022.

78 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/23/indigenas-piden-anulacion-de-decreto-que-extiende-la-mineria-en-ecuador/>. Acesso em 18/06/2022.

79 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/con-una-marcha-el-frente-unitario-de-trabajadores-presenta-a-la-asamblea-una-propuesta-de-codigo-de-trabajo-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

80 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/fut-incremento-semestral-sbu.html>. Acesso em 18/06/2022.



variações de preços terem sido majoritariamente no sentido de aumento desde então. Em junho de 2021, 1 litro de gasolina custava US\$ 2,09 e 1 litro de diesel custava US\$ 1,52⁸¹, ao passo que, segundo a FUT, 40% da população vivia com US\$ 2,50 por dia⁸².

A liderança popular de maior destaque na oposição ao governo Lasso é Leonidas Iza, eleito no VII Congresso da CONAIE, em junho de 2021, para dirigi-la pelos próximos três anos⁸³. Iza já havia tido destaque na grande revolta popular de outubro de 2019, durante o governo Moreno, contra o aumento dos preços de combustíveis. Durante o governo Lasso, com o mesmo objetivo, o dirigente da CONAIE convocou uma manifestação de indígenas, na cidade de Lacatunga, em 11 de junho de 2021⁸⁴. Em seguida, em 11 de agosto, um protesto nacional foi organizado em diferentes cidades, ao lado da FUT, de outros órgãos sindicais e da *Federación de Estudiantes Universitarios del Ecuador*⁸⁵. A CONAIE voltou novamente às ruas do país, desta vez por dois dias, em 26 e 27 de outubro⁸⁶.

A resposta predominante de Lasso aos protestos variou entre declarações intimidatórias e negociações sem resultado. Em 2021, no mês de junho, o presidente declarou que o governo teria espaços de diálogo, mas que não toleraria “grupos que atuem fora do marco institucional e pretendam, com anarquia, desestabilizar o país”⁸⁷. Em agosto, Lasso recebeu a CONAIE no palácio presidencial para iniciar um processo de diálogo, mas a entidade afirmou que o governo não apresentou nenhuma proposta para mudar a política de preços de combustíveis⁸⁸. Uma nova reunião, com mais entidades sociais, ocorreu em setembro, porém tampouco rendeu frutos⁸⁹. O mesmo processo se repetiu no início de outubro⁹⁰.

No final de outubro, na véspera do protesto de dois dias convocado pela CONAIE, Lasso cedeu e anunciou um congelamento dos preços de combustíveis⁹¹. No entanto, a entidade avaliou que os preços congelados eram altos e reforçou um pedido de redução⁹². Em novembro, Lasso indultou ex-integrantes da CONAIE que haviam sido presos no passado⁹³ e afirmou que continuaria chamando a entidade para dialogar, mas não Iza, a quem qualificou de anarquista⁹⁴. Iza respondeu que a CONAIE não voltaria à mesa de negociação com o governo e que manteria protestos em 2022⁹⁵. Ante o anúncio de uma nova mobilização em janeiro de 2022 (que terminou adiada devido a um aumento de casos de

81 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/06/22/indigenas-de-ecuador-piden-a-detener-aumento-del-precio-de-gasolinaz/>. Acesso em 18/06/2022.

82 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/04/el-frente-de-trabajadores-convoca-a-una-movilizacion-para-el-11-de-agosto/>. Acesso em 18/06/2022.

83 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/leonidas-iza-presidente-conaie-indigenas.html>. Acesso em 18/06/2022.

84 Disponível em: <https://apnews.com/article/noticias-17e709edaa36137f4209f1ede38490f9>. Acesso em 18/06/2022.

85 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/06/universitarios-de-ecuador-se-sumaran-a-jornada-de-protestas-sociales/>. Acesso em 18/06/2022.

86 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/conaie-se-declara-en-resistencia-nacional-desde-el-martes-en-contradel-gobierno-de-guillermo-lasso-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

87 Disponível em: <https://apnews.com/article/noticias-17e709edaa36137f4209f1ede38490f9>. Acesso em 18/06/2022.

88 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/20/primera-reunion-preliminar-de-representantes-indigenas-y-gobierno-en-ecuador/>. Acesso em 18/06/2022.

89 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/17/el-gobierno-de-ecuador-se-reune-con-sindicatos-tras-la-ultima-protesta-social/>. Acesso em 18/06/2022.

90 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/04/la-reunion-entre-iza-y-lasso-termina-sin-consensos/>. Acesso em 18/06/2022.

91 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/22/ecuador-congela-precio-de-combustibles-tras-pugna-con-movimientos-sociales/>. Acesso em 18/06/2022.

92 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/27/conaie-mantiene-resistencia-exigencias-gobierno/>. Acesso em 18/06/2022.

93 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/09/lasso-indulta-a-antonio-vargas-exlider-de-la-conaie-previo-al-dialogo-con-el-movimiento-indigena/>. Acesso em 18/06/2022.

94 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/08/la-conaie-acepta-la-reunion-con-lasso-y-pide-que-sea-publica/>. Acesso em 18/06/2022.

95 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/29/la-conaie-no-volvera-a-las-mesas-de-dialogo-con-el-gobierno-y-preve-medidas-de-hecho/>. Acesso em 18/06/2022.

Covid-19⁹⁶), Lasso subiu o tom e afirmou que enfrentaria Iza “com todo o poder do Estado, com toda a força pública, para que quem queira anarquizar o país (...) termine com seus ossos na prisão”⁹⁷.

Governabilidade frágil na Assembleia Nacional

Simultaneamente à crescente tensão nas ruas, o apoio que Lasso conseguiu no Poder Legislativo para executar seu programa de governo foi frágil ao longo do primeiro ano. Uma governabilidade difícil já era previsível depois dos resultados da eleição parlamentar de 2021, concomitante à eleição presidencial, na qual, de um total de 137 assentos disponíveis, apenas 12 ficaram com o partido do presidente, *Movimiento Político Creando Oportunidades* (CREO). A maior bancada eleita, formada por 49 parlamentares, coube à coalizão *Unión por la Esperanza* (Unes), ligada ao ex-presidente Rafael Correa e franca opositora da ideologia neoliberal. Para formar maioria parlamentar, Lasso buscou o apoio dos partidos *Pachakutik*, com 27 representantes; *Izquierda Democrática*, com 18; e *Partido Social Cristiano* (PSC), com 18.

Os problemas para firmar a coalizão governista começaram já na eleição para a mesa diretora da Assembleia, no final de maio de 2021. Lasso rompeu um acordo informal com o PSC de que um de seus parlamentares receberia apoio do CREO para a presidência e, desde então, ganhou aberta antipatia de seu influente líder, Jaime Nebot⁹⁸. Em vez do PSC, Lasso decidiu apostar no *Pachakutik* para ocupar o posto, calculando que aproximar-se da segunda maior bancada legislativa lhe renderia maiores vantagens. Assim, Guadalupe Llori, do *Pachakutik*, conseguiu ser eleita para a presidência da Assembleia, com 71 dos 137 votos totais, em 16 de maio. Em discurso, Llori afirmou que trabalharia por uma reconciliação nacional depois da eleição presidencial de 2021, na qual o candidato do *Pachakutik*, Yaku Pérez, terminou em 3º lugar e acusou o resultado de ter sido fraudado em benefício de Lasso⁹⁹.

Após a eleição de Llori, Pérez deixou o *Pachakutik* para fundar um movimento próprio, em uma crítica à aliança feita com um governo extrativista¹⁰⁰. Esta dissidência foi um prenúncio da incapacidade de Llori em unir o partido em torno do governismo. O *Pachakutik* é o braço partidário da CONAIE, a qual congrega grupos com visões políticas multifacetadas. Quando Leonidas Iza foi eleito para dirigir a CONAIE, em junho de 2021, ele pediu, no discurso de posse, uma maior unidade dentro da entidade em torno de um projeto político de igualdade de oportunidades para todo o povo equatoriano¹⁰¹. Em outros termos, posicionou-se como um crítico da aproximação entre parlamentares do *Pachakutik* e o governo Lasso.

Um racha dentro da bancada do *Pachakutik* começou a se pronunciar no dia-a-dia da Assembleia, até que, em dezembro de 2021, nove parlamentares declararam autonomia em relação ao governo Lasso, ao passo que Iza anunciou que iniciaria, no âmbito da CONAIE, um processo de justiça indígena para julgar os atos daqueles (incluindo Llori) que se mantinham na base governista, o que considerava ser uma atitude “antiética, imoral, incoerente e desleal com o projeto político e ideológico do movimento indígena, rompendo

96 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2022/01/14/organizaciones-sociales-de-ecuador-aplazan-movilizacion-por-aumento-de-covid/>. Acesso em 18/06/2022.

97 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/guillermo-lasso-leonidas-iza-anarquista-enfrentarlo-peso-estado-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

98 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/19/nebot-reprocha-a-guillermo-lasso/>. Acesso em 18/06/2022.

99 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/16/movimiento-indigenista-logra-la-presidencia-del-parlamento-de-ecuador/>. Acesso em 18/06/2022.

100 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/05/19/interna_internacional,1268323/lider-indigena-yaku-perez-se-afasta-de-partido-e-volta-a-resistencia-no-e.shtml. Acesso em 18/06/2022.

101 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/07/25/indigena-pide-unidad-en-la-diversidad-al-asumir-mando-de-la-conaie-en-ecuador/>. Acesso em 18/06/2022.



com toda a disciplina comunitária e contrariando o exercício eficaz dos direitos coletivos”¹⁰². Os parlamentares criticados (exceto um) se recusaram a comparecer ao processo de justiça indígena¹⁰³. Desde então, o setor autônomo do *Pachakutik* somou-se a Unes e ao PSC em pressões para abrir uma investigação, na Assembleia, contra Llori¹⁰⁴, acusada de usar dinheiro público para gastos pessoais¹⁰⁵.

Entretanto, a costura feita por Lasso para formar uma base governista evidenciou toda a sua fragilidade em outubro de 2021. No dia 3 daquele mês, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos tornou públicos cerca de 11,9 milhões de documentos que revelaram dados de diversas personalidades do mundo todo sobre fluxos financeiros e negociações envolvendo empresas *offshore*, suspeitas de negócios de fachada e beneficiários ocultos. A investigação, nomeada *Pandora Papers*, foi baseada no vazamento de documentos de 14 escritórios de advocacia especializados na abertura de empresas em países como Panamá, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas. Dentre os diversos citados, estava o presidente equatoriano. Documentos revelaram que Lasso havia sido sócio de 14 empresas registradas em paraísos fiscais, mas que deixou de sê-lo em 2017, após uma lei que proibiu candidatos a cargos públicos de terem propriedades deste tipo entrar em vigor no país¹⁰⁶. Em 9 de outubro, 104 membros da Assembleia votaram a favor do início de uma investigação parlamentar sobre as contas bancárias de Lasso, a cargo da Comissão de Fiscalização. Nesta comissão, deputados da oposição tinham a maioria dos assentos e anunciaram que a investigação incluiria movimentações nas contas anteriores a 2017, a fim de detectar possíveis casos de sonegação de imposto no período em que Lasso dirigia o Banco de Guayaquil, o maior do país¹⁰⁷.

Lasso acusou Leonidas Iza, Jaime Nebot e Rafael Correa de unirem-se em um “triumvirato da conspiração” com o objetivo de destituir-lo e desestabilizar a democracia¹⁰⁸. O presidente, sua esposa e seu filho se recusaram a comparecer à comissão legislativa quando solicitado¹⁰⁹, porém Lasso enviou documentos de seu patrimônio à Controladoria do Estado¹¹⁰. Em dezembro, a Controladoria decidiu arquivar a investigação por não encontrado indícios de irregularidade¹¹¹. Entretanto, no mesmo mês, a Comissão de Fiscalização divergiu da Controladoria e expediu um relatório em que recomendava a destituição de Lasso por ter mantido recursos em paraísos fiscais no momento de inscrição da sua candidatura à Presidência da República, contrariando a lei nacional. No entanto, desta vez, o presidente conseguiu o apoio de 82 parlamentares para rejeitar sua destituição¹¹².

102 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/leonidas-iza-lleva-a-asambleistas-y-dirigentes-de-pachakutik-a-enfrentar-la-justicia-indigena-para-reparar-el-llaki-dano-que-han-provocado-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

103 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/guadalupe-llori-acusa-a-leonidas-iza-de-tener-un-afan-de-dividir-a-pachakutik-y-la-conaie-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

104 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/guadalupe-llori-mide-su-fuerza-frente-a-tres-sectores-politicos-que-buscan-evaluar-su-gestion-como-presidenta-de-la-asamblea-nacional-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

105 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/21/guadalupe-llori-pide-la-renuncia-a-sus-colaboradores-en-medio-del-escandalo-por-gastos-en-viajes/>. Acesso em 18/06/2022.

106 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/internacional/pandora-papers-revela-riqueza-oculta-en-paraisos-fiscales-de-presidentes-artistas-deportistas-guillermo-lasso-ecuador-shakira-claudia-schiffer-icij-nota/>. Acesso em 18/06/2022.

107 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/09/la-comision-de-garantias-de-la-asamblea-investigara-a-lasso-por-los-papeles-de-pandora/>. Acesso em 18/06/2022.

108 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/15/sectores-sociales-y-politicas-rechazan-las-declaraciones-de-lasso-sobre-el-triumvirato-de-la-conspiracion/>. Acesso em 18/06/2022.

109 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/20/esposa-e-hijo-de-lasso-declian-testificar-en-caso-de-los-papeles-de-pandora/>. Acesso em 18/06/2022.

110 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/11/lasso-entrega-a-la-contraloria-documentacion-sobre-sus-bienes-en-medio-de-la-investigacion-de-los-papeles-de-pandora/>. Acesso em 18/06/2022.

111 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/07/la-contraloria-archiva-la-investigacion-a-guillermo-lasso-por-los-papeles-de-pandora/>. Acesso em 18/06/2022.

112 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/07/asamblea-niega-la-propuesta-de-destitucion-del-presidente-lasso-y-lo-exhorta-a-acudir-al-pleno/>. Acesso em 18/06/2022.

Todo o processo dos *Pandora Papers* tornou ainda mais difícil, em outubro, a tramitação do principal projeto de lei que Lasso queria ver aprovado no seu primeiro ano de governo, intitulado “*Ley de Creación de Oportunidades*”, feito para atender exigências do FMI. Em um primeiro momento, o projeto somava diversas propostas em temas trabalhistas, tributários e financeiros. Uma comissão da Assembleia avaliou que estes temas deveriam ser apresentados em projetos de lei separados e rejeitou sua tramitação. Lasso, por sua vez, queixou-se da ação, acusou o órgão de obstaculizar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento e, amparado por um dispositivo constitucional chamado “morte cruzada”, ameaçou dissolver a Assembleia e convocar novas eleições, tanto legislativas quanto presidencial. Lasso declarou que “se tivermos que empunhar com força a Constituição para enfrentar golpistas, o faremos com decisão e sem medo”¹¹³.

Todavia, o presidente moderou o tom e, nos dias seguintes, enviou o projeto de lei tributária em separado, postergando os projetos trabalhista e financeiro. As medidas tributárias incluíam a redução de imposto de renda sobre lucros de empresários, a eliminação de imposto sobre heranças e a facilitação da repatriação de dinheiro enviado ao exterior sem identificação do proprietário¹¹⁴. Em novembro, a reforma tributária foi rejeitada com 88 votos contrários, mas uma moção para arquivá-la não alcançou a maioria, o que, devido a um meandro legislativo, implica que uma proposta enviada pelo Executivo que não seja arquivada até determinado prazo entra em vigor sem modificações, como foi neste caso¹¹⁵.

Cabem mencionar, por fim, outros dois episódios em que a relação entre Executivo e Legislativo se revelou tensa. Em dezembro de 2021, o pleno da Assembleia votou para fazer cinco modificações na proposta de orçamento para 2022 enviada pelo governo, no sentido de aumentar gastos previstos em algumas áreas sociais, porém o Ministério da Economia se recusou a cumpri-las, alegando que não havia lei que o obrigasse a isto¹¹⁶. Posteriormente, em fevereiro, a Assembleia aprovou uma lei que regulamentava o tempo em que uma mulher grávida após estupro pode solicitar aborto (a Corte Constitucional havia despenalizado estes casos em 2021), porém Lasso, cristão declarado, a vetou, alegando que respeita a vida desde a sua concepção¹¹⁷.

Crise de segurança pública e emprego crescente de força militar

Poucas semanas antes de o governo Lasso começar, quadrilhas rivais dentro de quatro presídios do Equador, ligadas a disputas do narcotráfico mexicano, entraram em conflito, resultando no assassinato com esartejamento de 79 pessoas¹¹⁸. O massacre brutal, nunca antes visto na história do país, evidenciou a superlotação do sistema prisional, no qual 67 prisões, com capacidade total para 29 mil presos, abrigam 38 mil¹¹⁹. Desta população, 40% corresponde a presos em situação preventiva¹²⁰.

Ao longo do primeiro ano do governo Lasso, a situação escalou em gravidade e foi respondida militarmente. Em julho de 2021, um novo confronto deixou 22 mortos em dois presídios e levou o presidente a decretar estado de emergência prisional, o que lhe permitiu

113 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/20/lasso-advierte-que-empunara-la-constitucion-para-enfrentar-a-golpistas/>. Acesso em 18/06/2022.

114 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/30/claves-para-entender-la-reforma-tributaria-enviada-por-lasso/>. Acesso em 18/06/2022.

115 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/26/la-asamblea-rechaza-la-reforma-tributaria-propuesta-por-el-ejecutivo/>. Acesso em 18/06/2022.

116 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/08/asamblea-ratifica-observaciones-a-la-proforma-2022-gobierno-las-ignora/>. Acesso em 18/06/2022.

117 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2022/02/19/lasso-reitera-que-vetara-la-ley-que-regula-el-aborto-por-violacion/>. Acesso em 18/06/2022.

118 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/grandes-carteles-droga-entran-ecuador-violencia-carceles/>. Acesso em 19/06/2022.

119 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/en-trece-anos-la-poblacion-penitenciaria-se-triplico-en-el-ecuador-nota/>. Acesso em 19/06/2022.

120 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/10/07/el-40-de-los-presos-en-las-carceles-de-ecuador-no-tiene-sentencia/>. Acesso em 19/06/2022.



empregar a Polícia Nacional e o Exército na repressão da violência¹²¹. O governo também lançou um plano de reestruturação dos presídios, que previu investimentos de US\$ 75 milhões ao longo de quatro anos e a seleção de agentes penitenciários entre membros das Forças Armadas¹²².

Todavia, as medidas não coibiram novas explosões de violência. Em setembro de 2021, na província de Guayas, presidiários foram atacados por drones enviados de fora da prisão¹²³. Pouco tempo depois, ocorreu o maior massacre até então, na *Penitenciária del Litoral*: 118 mortos. Desta vez, Lasso respondeu, inicialmente, decretando estado de exceção no sistema prisional, o que permitiu que as Forças Armadas passassem a intervir na administração dos presídios¹²⁴.

Entretanto, no mês seguinte, Lasso elevou o nível de ameaça e decretou estado de exceção em todo o território nacional, por 60 dias, com a justificativa de enfrentar, com emprego das Forças Armadas, uma escalada de crimes relacionados a disputas entre grupos narcotraficantes¹²⁵. Em 27 de outubro de 2021, o comandante geral das Forças Armadas equatorianas, Giovanni Espinel Puga, declarou que, para além da crise prisional, os militares não descansariam até que o Equador “volte a ser um país de paz, para que nunca se repitam os acontecimentos de outubro de 2019”¹²⁶. A referência à revolta social, comandada pela CONAIE durante o governo de Moreno, foi feita em meio a novas manifestações puxadas mais uma vez pela entidade, em 26 e 27 de outubro. Ademais, ainda em outubro, o governo criou a “*Unidad de Defensa del Policía Nacional*”, órgão do Executivo para cuidar da defesa de policiais, em julgamentos, quando forem acusados de excesso no uso da força¹²⁷.

Em novembro de 2021, voltou a haver um massacre, em pleno estado de exceção, que resultou em 68 mortos em uma prisão¹²⁸. O governo estendeu os estados de exceção prisional e nacional por mais algumas semanas e anunciou a criação de um sistema de inteligência penitenciária, a cargo do general Pablo Ramírez, diretor do *Servicio de Atención Integral a las Personas Privadas de la Libertad y a Adolescentes Infractores* (SNAI)¹²⁹. Finalmente, em janeiro de 2022, o governo enviou um projeto de lei à Assembleia para regular o trabalho coordenado entre Polícia Nacional e Forças Armadas no emprego de força, sem que seja mais necessária a declaração legal de um estado de exceção¹³⁰. Em julho de 2022, o projeto ainda encontrava-se em debate parlamentar.

Abertura econômica e cooperação em segurança na política externa

A política externa do primeiro ano do governo Lasso acompanhou os principais temas da agenda doméstica. Nas palavras do chanceler Mauricio Montalvo, diplomata de carreira, depois dos 100 primeiros dias dedicados à diplomacia das vacinas de Covid-90, o

121 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-07-23/al-menos-22-muertos-en-dos-motines-en-carceles-de-ecuador.html>. Acesso em 19/06/2022.

122 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/18/ecuador-destina-75-millones-de-dolares-para-enfrentar-la-crisis-penitenciaria/>. Acesso em 19/06/2022.

123 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/13/prision-en-guayaquil-fue-atacada-con-drones-desde-el-exterior/>. Acesso em 19/06/2022.

124 Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/44/presidente-guillermo-lasso-se-pro-nuncia-sobre-la-crisis-carcelaria-del-ecuador>. Acesso em 19/06/2022.

125 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/10/19/guillermo-lasso-estado-excepcion-ecuador-inseguridad-muertes-violentas-orix/>. Acesso em 19/06/2022.

126 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/guillermo-lasso-llama-dialogo-fuerza-publica-mantendra-control-manifestaciones-nota/>. Acesso em 19/06/2022.

127 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/estado-de-excepcion-guillermo-lasso-gobierno-respalda-policias-combate-delincuencia-nota/>. Acesso em 19/06/2022.

128 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/11/15/guillermo-lasso-dice-que-mafias-de-narcos-buscan-controlar-carceles/>. Acesso em 19/06/2022.

129 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/crisis-carcelaria-no-existe-informacion-responsables-asesinatos-guillermo-lasso-nota/>. Acesso em 19/06/2022.

130 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2022/01/25/lasso-presenta-nueva-ley-sobre-el-uso-de-la-fuerza/>. Acesso em 19/06/2022.

governo voltou-se para uma diplomacia comercial, em busca de acordos internacionais¹³¹. Em janeiro de 2022, Montalvo foi substituído no cargo por Juan Carlos Holguín, empresário ligado ao CREO, na expectativa de facilitar negociações comerciais. Empresários também foram nomeados para postos de embaixadores na Europa e na América Latina¹³².

Lasso havia estipulado, desde a eleição de 2021, que buscava acordos de livre comércio com as dez maiores economias do mundo¹³³. Um acordo deste tipo com os Estados Unidos já era perseguido no governo Moreno, sem ter obtido um avanço significativo no governo Trump. Lasso não teve melhor sorte com o governo Biden, apesar de insistir no tema e declarar que espera um acordo que vá além do comércio e inclua temas de direito trabalhista e propriedade intelectual¹³⁴. Por outro lado, com a China, Lasso firmou um memorando de entendimento com vistas à negociação de um acordo comercial, em janeiro de 2022, após visitar o país e encontrar-se com seu homólogo, Xi Jinping, durante a abertura da 24ª Olimpíada de Inverno, a despeito de pedidos de Washington para que países do mundo todo boicotassem o evento¹³⁵.

Na América Latina, Lasso manteve um objetivo traçado pelo governo Moreno de ingressar o Equador na Aliança do Pacífico, bloco comercial que reúne México, Colômbia, Peru e Chile. Para tanto, falta ao país alcançar, como pré-requisito, um acordo comercial com o México. Lasso visitou o país, em agosto de 2021, para encontrar-se com o presidente López Obrador na tentativa de avançar a negociação¹³⁶, porém o governo mexicano apresenta impasses em alguns setores¹³⁷. Além disso, Lasso defende que a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) avance na construção de um mercado comum¹³⁸. Ademais, o Equador passou a ocupar a presidência rotativa da Comunidade Andina (CAN), em julho, e o governo Lasso estipulou como prioridade a reativação das vias de trânsito comercial após paralizações durante a pandemia de Covid-19¹³⁹.

Nas relações bilaterais, a Colômbia, presidida por Iván Duque, foi a principal interlocutora regional. Os dois governos firmaram acordos para combater o narcotráfico na fronteira¹⁴⁰ e cooperarem tecnicamente na exploração de petróleo e minérios¹⁴¹, assim como no enfrentamento da crise prisional no Equador¹⁴². Lasso também foi cordial com o outro vizinho do país, o Peru, tendo comparecido à posse presidencial de Pedro Castillo, em junho de 2021¹⁴³. Ambos os governos acordaram uma campanha conjunta de vacinação contra a Covid-19 na região de fronteira, tendo o Equador doado vacinas ao Peru¹⁴⁴, e

131 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/03/ecuador-se-vuelca-a-la-diplomacia-comercial-tras-exitoso-plan-de-vacunacion/>. Acesso em 20/06/2022.

132 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/gobierno-designa-nuevos-embajadores-en-francia-reino-unido-y-uruguay-nota/>. Acesso em 20/06/2022.

133 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/19/ecuador-busca-tlc-con-china-salvavidas-anti-covid-y-primer-acreedor-bilateral/>. Acesso em 20/06/2022.

134 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/07/13/gobierno-de-ecuador-quiere-negociar-un-acuerdo-de-libre-comercio-con-ee-uu/>. Acesso em 20/06/2022.

135 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2022/02/07/china-y-ecuador-comienzan-a-negociar-un-tratado-de-libre-comercio%ef%bf%bc/>. Acesso em 20/06/2022.

136 Disponível em <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/ecuador-y-mexico-iniciaran-dialogo-para-tlc-de-inmediato-indica-el-canciller-mauricio-montalvo-nota/>. Acesso em 20/02/2022.

137 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/13/mexico-reconoce-temas-polemicos-en-negociacion-de-tlc-con-ecuador/>. Acesso em 20/02/2022.

138 Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/44/presidente-guillermo-lasso-participo-en-la-vi-cumbre-de-la-celac>. Acesso em 20/06/2022.

139 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/05/lasso-exhorta-a-accion-conjunta-de-miembros-de-la-can-para-salir-de-la-crisis/>. Acesso em 20/06/2022.

140 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/07/09/colombia-y-ecuador-acuerdan-fortalecer-la-lucha-contra-el-crimen-trasnacional/>. Acesso em 20/06/2022.

141 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/07/01/ecuador-y-colombia-dialogan-sobre-cooperacion-en-energia-y-mineria/>. Acesso em 20/06/2022.

142 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/colombia-ratifica-apoyo-ecuador-para-lucha-contra-narcotrafico-manejo-crisis-carcelaria-nota/>. Acesso em 20/06/2022

143 Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/44/presidente-lasso-peru-posesion-pedro-castillo>. Acesso em 20/06/2022.

144 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/17/peru-y-ecuador-lanzan-campana-binacional-de-va>



uma maior cooperação no combate ao crime organizado¹⁴⁵.

Fora da agenda econômica, os Estados Unidos tiveram grande destaque em outras áreas da política externa. Em migração, Washington repassou mais de US\$ 25 milhões para o Equador assentar refugiados da Venezuela¹⁴⁶ e do Afeganistão¹⁴⁷. Em meio ambiente, a USAID anunciou o investimento de US\$ 2,5 milhões para enviar agentes à Amazônia, a fim de, oficialmente, ajudar comunidades locais a enfrentar crimes ambientais, especialmente relacionados à indústria petroleira, atuante na região¹⁴⁸. Em internet, os Estados Unidos inauguraram um novo cabo submarino de fibra ótica – *South Pacific Submarine Cable* – para fazer a comunicação de dados em serviços digitais com Equador, Peru, Colômbia e Guatemala¹⁴⁹.

Entretanto, a maior parceria com o país norte-americano se deu no combate ao narcotráfico, ao longo de 2021. Em agosto, os Estados Unidos anunciaram o repasse de US\$ 25 milhões para fortalecer instituições equatorianas nesta ação, como a Polícia Nacional e as Forças Armadas¹⁵⁰. Em setembro, o Equador assinou um acordo de troca de informações com o Comando Militar do Sul (SOUTHCOM) dos Estados Unidos¹⁵¹. Em outubro, Lasso recebeu o secretário de Estado do país, Anthony Blinken, e declarou que foi “o momento preciso para lhe dizer que se arme um Plano Equador”, em referência ao Plano Colômbia de combate ao narcotráfico no país vizinho, sem dar maiores detalhes¹⁵².

Em dezembro, uma entrevista do embaixador dos Estados Unidos no Equador, Michael Fitzpatrick, ao site equatoriano Primicias, lançou dúvidas sobre a integridade dos órgãos de segurança do país. Fitzpatrick informou que estava revogando vistos concedidos a “narco-generais” do Equador, isto é, generais que estariam envolvidos com narcotráfico. Sem citar nomes, o embaixador explicou que a ação estava alinhada com a política anticorrupção do governo Biden para proteger democracias¹⁵³. Em reação, o governo Lasso enviou uma carta a Fitzpatrick informando que, como o apoio do Ministério da Defesa, pediria aos órgãos de controladoria e fiscalização que investigassem os 19 generais da Polícia Nacional e suas famílias, assim como para que fizessem uso de mecanismos de cooperação penal internacional para trocarem informações com o país norte-americano¹⁵⁴. Por sua vez, Lasso, em entrevista à imprensa, reforçou que se colocava a favor de um Plano Equador que contasse com apoio dos Estados Unidos, da Colômbia e da União Europeia para fortalecer a Polícia Nacional e as Forças Armadas no combate ao crime organizado¹⁵⁵.

Em fevereiro de 2022, Lasso reuniu-se virtualmente com o presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, Bob Menéndez. Em coletiva de imprensa, Menéndez explicou que está em formulação, no Senado estadunidense, um projeto de lei bipartidário chamado Lei de Associação entre Estados Unidos e Equador. O

[cunacion-en-region-fronteriza/](#). Acesso em 20/06/2022.

145 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/09/23/ecuador-y-peru-afinan-estrategias-comunes-contr-la-delincuencia-organizada/>. Acesso em 20/06/2022.

146 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/06/21/eeuu-entregara-mas-de-25-millones-de-dolares-para-migrantes-en-ecuador/>. Acesso em 20/06/2022.

147 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/internacional/ecuador-dara-refugio-temporal-a-unos-5000-afganos-con-el-apoyo-de-ee-uu-nota/>. Acesso em 20/06/2022.

148 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2022/01/05/eeuu-apoyara-a-ecuador-en-el-combate-de-delitos-ambientales-en-la-amazonia/>. Acesso em 20/06/2022.

149 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/08/13/ecuador-enciende-conexion-a-cable-submarino-que-conecta-chile-con-guatemala/>. Acesso em 20/06/2022.

150 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/cooperacion-estados-unidos-ecuador-para-combatir-narcotrafico-delincuencia-organizada-internacional-suma-30-millones-nota/>. Acesso em 20/06/2022.

151 Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/44/ecuador-estados-unidos-acuerdo-combatir-narcotrafico>. Acesso em 20/06/2022.

152 Disponível em: <https://www.nodal.am/2021/10/ecuador-lasso-amenaza-con-disolver-la-asamblea-si-bloquea-sus-proyectos/>. Acesso em 20/06/2022.

153 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/entrevista-embajador-estados-unidos-ecuador/>. Acesso em 20/06/2022.

154 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/caso-narcogenerales-alexandra-vela-solicita-contraloria-examenes-cuentas-bienes-todos-generales-policia-nacional-nota/>. Acesso em 20/06/2022.

155 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-59163819>. Acesso em 20/06/2022.

documento inclui disposições para fortalecer instituições democráticas no Equador, ampliar a capacidade de combate a crimes, promover crescimento econômico, manejar recursos fiscais de forma responsável, implementar políticas sociais e proteger o meio ambiente da pesca ilegal (que, no Equador, envolve sobretudo barcos de origem chinesa)¹⁵⁶.

Em 18 de maio de 2022, o governo equatoriano recebeu a visita de Jill Biden, primeira-dama estadunidense¹⁵⁷, que foi recepcionada pela primeira-dama equatoriana, María Lourdes Alcívar. O encontro também contou com a presença do chanceler Juan Carlos Holguín e da embaixadora do Equador nos Estados Unidos, Ivonne Baki¹⁵⁸. A viagem internacional de Jill Biden, que também incluiu no itinerário Panamá e Costa Rica¹⁵⁹, buscou pavimentar o alinhamento das posições dos Estados Unidos e do Equador para a Cúpula das Américas, programada para o início de junho de 2022. Ademais, as primeiras-damas visitaram instituições equatorianas de saúde e de educação, com a finalidade de estabelecer laços de cooperação em agendas sociais.

Em paralelo, durante o encontro das primeiras-damas, Lasso e Joe Biden conversaram em chamada telefônica reforçando compromissos bilaterais para o encontro presencial em junho. Àquela época, lideranças americanas, como os presidentes argentino, boliviano e mexicano, expunham críticas à Cúpula das Américas e ameaçavam não comparecer ao encontro em protesto à exclusão de Cuba, Venezuela e Nicarágua¹⁶⁰. Sobre a manifestação de outros países, o chanceler equatoriano reforçou o alinhamento aos Estados Unidos e declarou que respeitaria a “decisão dos donos da casa”, em relação ao fato de que o evento seria sediado na cidade estadunidense de Los Angeles¹⁶¹. Por fim, no mês de junho, durante a Cúpula, Lasso reforçou o interesse de cooperar na área de defesa e segurança pública em reunião com o Secretário de Segurança Nacional estadunidense, Alejandro Mayorkas¹⁶².

Considerações finais

Embora nosso objetivo tenha sido descrever o primeiro ano do governo Lasso, completo em maio de 2022, cabem relatar alguns acontecimentos importantes que aconteceram no mês de junho e que reforçam o quadro de crise ampla que o Equador atravessa hoje. Desde o dia 13 de junho, o Equador presencia um novo Paro Nacional, liderado pela CONAIE, que reivindica reformas sociais e econômicas frente à deterioração de indicadores socioeconômicos, como o crescimento das taxas de inflação e desemprego¹⁶³. As manifestações populares ocorreram na maioria das províncias do país, mas possuem um adensamento na província de Pichincha, ao redor da capital, Quito. Diante da pressão dos movimentos sociais, o governo declarou estado de exceção, por meio do Decreto 455, no dia 18 de junho, que permanece até o momento da redação deste texto e que foi ampliado pelo Decreto 459, de 21 de junho¹⁶⁴. Manifestantes bloquearam estradas e confrontos com as forças de segurança; em 23 de junho, a tentativa da CONAIE de ocupar a Assembleia Nacional foi violentamente reprimida pela Polícia Nacional¹⁶⁵; e, até 24

156 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/los-ambitos-politico-comercial-de-cooperacion-de-seguridad-se-fortalecerian-con-ese-proyecto-nota/>. Acesso em 20/06/2022.

157 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/jill-biden-primera-dama-de-estados-unidos-llego-a-quito-nota/>. Acesso em 23/06/2022.

158 Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/primera-dama-estados-unidos-jill-biden-visita-palacio-carondelet-127753.html>. Acesso em 23/06/2022.

159 Disponível em: <https://ec.usembassy.gov/first-lady-jill-biden-to-travel-to-ecuador-panama-and-costa-rica/>. Acesso em: 23/06/2022.

160 Disponível em: <https://www.efe.com/efe/cono-sur/latinoamerica/biden-y-lasso-conversan-sobre-la-cumbre-de-las-americas-economia-covid-19/50000764-4808237>. Acesso em: 23/06/2022.

161 Disponível em: <https://www.vozdeamerica.com/a/ecuador-respetar-lo-que-eeuu-dicida-entrevista-al-canciller-juan-carlos-holguin-previo-cumbre-de-las-americas/6595069.html>. Acesso em: 23/06/2022.

162 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/guillermo-lasso-se-reunio-con-joe-biden-y-formaliza-su-pedido-para-profundizar-cooperacion-en-materia-de-defensa-nota/>. Acesso em 23/06/2022.

163 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61854940>. Acesso em 24/06/2022.

164 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/06/21/guillermo-lasso-amplia-estado-de-excepcion-en-ecuador/>. Acesso em 24/06/2022.

165 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/caos-destruccion-y-muerte-fue-la-tonica-del-decimo-dia-del-paro-nacional-en-quito-nota/>. Acesso em 24/06/2022.



de junho, foram notificadas três mortes e dezenas de feridos. Até o momento da conclusão deste artigo, a confederação indígena sinalizou que não sairá de Quito até que suas reivindicações sejam ouvidas pelo governo Lasso.

Um dos momentos recentes de maior acirramento entre o governo e seus opositores foi o pedido de prisão preventiva de Leonidas Iza, em 14 de junho, por delito presumido, após este se destacar como uma das lideranças do *Paro Nacional*¹⁶⁶. Guillermo Lasso declarou publicamente que a Polícia Nacional e as Forças Armadas realizariam diligências para prender os autores intelectuais e materiais do *Paro Nacional*, o que fortaleceu o argumento da CONAIE de que Iza seria um preso político. A defesa assegurou sua liberdade de após audiência de custódia, realizada no dia seguinte a prisão¹⁶⁷. Este episódio tende a reforçar o papel de liderança de Iza na resistência popular ao governo Lasso. Seu protagonismo cresce à medida em que o maior líder da oposição ao neoliberalismo até então, Rafael Correa, segue morando na Bélgica, país natal de sua esposa, para onde se mudou após deixar a Presidência da República, em 2017. A Corte Nacional de Justiça, em 22 de abril, anunciou que iniciaria o processo de extradição de Correa, sentenciado em 2020 a oito anos de prisão pelo crime de suborno, envolvendo a empreiteira Odebrecht¹⁶⁸. O pedido, encaminhado à chancelaria, aponta a necessidade de iniciar tratativas com o governo belga, com base no convênio de extradição existente entre os dois países. Rafael Correa, por meio de seus representantes legais, alega que tem status de refugiado reconhecido pelo Comissariado Geral para Refugiados e Apátridas da Bélgica (CGRA) desde 15 de abril de 2022, e reforça que a recente mobilização fortalece o seu pleito enquanto refugiado político¹⁶⁹. A chancelaria equatoriana segue declarando que não recebeu qualquer notificação belga que reconheça o status de refugiado do ex-presidente e aguarda a apreciação das três mil páginas que compõem o expediente legal¹⁷⁰.

Apesar da ausência física de Correa no Equador, a bancada correista segue influente na Assembleia Nacional, onde apresentou moção contra a presidente Guadalupe Llori e conseguiu formar maioria para destituí-la. Com 81 votos favoráveis à moção da Unes (dez a mais do que os que recebeu para ser empossada no cargo), Llori foi destituída da presidência do Legislativo equatoriano em 31 de maio de 2022. Foram apoiadores da moção os legisladores da Unes, do PSC e dissidentes da *Izquierda Democrática* e do *Pachakutik*, partidos que ainda mantêm uma aliança (frágil) com o governo Lasso¹⁷¹. O gabinete de Lasso se manifestou apontando a medida como ilegal e arbitrária, e aliados do governo dirigiram ataques contra os social-cristãos, sobretudo ao líder da sigla, Jaime Nebot, indicado como cúmplice do ex-presidente Rafael Correa¹⁷². Conselheiros do governo são acusados de pressionar a Corte Provincial de Pichincha para reversão da decisão legislativa e a recondução de Llori ao cargo¹⁷³.

Diante da dificuldade de Lasso constituir maioria legislativa e do aumento de mobilizações para a deposição do chefe do Executivo na Assembleia Nacional, foram observadas especulações, na imprensa, de uma possível aplicação do artigo 148 da Magna Carta. O dispositivo permite ao Presidente da República dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições gerais, podendo governar por meio de decretos-leis de urgência econômica, que só poderão ser derrubados após a recomposição da Assembleia Nacional¹⁷⁴.

166 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/leonidas-iza-fue-detenido-por-incidentes-durante-paro-nacional-nota/>. Acesso em 24/06/2022.

167 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/jueza-ordeno-la-liberacion-inmediata-de-leonidas-iza-nota/>. Acesso em: 24/06/2022.

168 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/04/22/ecuador-pedido-extradicion-rafael-correa-orix/>. Acesso em 24/06/2022.

169 Disponível em: <https://www.dw.com/es/b%C3%A9lgica-desestimar%C3%A1-extradici%C3%B3n-de-rafael-correa-dice-su-defensa/a-61716250>. Acesso em 24/06/2022.

170 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2022/06/07/llego-a-belgica-el-pedido-de-extradicion-de-rafael-correa/>. Acesso em 24/06/2022.

171 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/guadalupe-llori-fue-destituida-presidencia-asamblea.html>. Acesso em: 24/06/2022.

172 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/06/01/ecuador-destitucion-presidenta-asamblea-nacional-supuesto-incumplimiento-funciones-orix/>. Acesso em: 24/06/2022.

173 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/psc-denuncia-presion-del-gobierno-a-jueces-para-restituir-a-guadalupe-llori-como-presidenta-de-la-asamblea-nacional-nota/>. Acesso em: 24/06/2022.

174 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/que-pasa-si-el-gobierno-disuelve-la-asam->

Por fim, um governo orientado pelo corte sistemático de investimentos públicos dificilmente conseguirá aplacar o quadro de pobreza e insegurança do Equador. Assim, no futuro próximo, a instabilidade política e social tende a permanecer. Caberá observar com atenção os eventos relacionados à violência do narcotráfico e a resposta pela via da militarização da segurança pública, cuja escalada pode solidificar a negociação de um Plano Equador com os Estados Unidos. Além da justificativa oficial de combate às drogas, a entrada de militares estadunidenses em território equatoriano, especialmente na região da Amazônia, pode levar a um aumento da repressão de movimentos sociais que contestam o governo, tal como ocorreu na Colômbia, nos anos 2000.

De uma perspectiva regional, convém atentar, ainda, que, assim como o Plano Colômbia foi lançado por Washington poucos meses após Hugo Chávez vencer a presidência na vizinha Venezuela, em 1999, um Plano Equador tem a semelhança de ser discutido poucos meses depois da chegada da esquerda à Presidência da República no vizinho Peru, com Pedro Castillo, e da troca presidencial anunciada na vizinha Colômbia, que levará a esquerda ao poder pela primeira vez, com Gustavo Petro. Em meio ao aumento de governos progressistas na América do Sul, o governo Lasso expressa, por meio de um possível Plano Equador, o desejo de firmar o país na contramão desta tendência ideológica, mantendo-o na esfera de influência dos Estados Unidos à força.



Monitor eleitoral: Pela primeira vez, a esquerda chega ao poder na Colômbia

Andrés Londoño Niño
Pesquisador OPISA
Fernanda Nanci Gonçalves
Colaboradora OPISA

Introdução

As eleições de 2022 na Colômbia foram históricas. Pela primeira vez, um presidente de esquerda governará o país, e uma mulher negra, ativista social e ambiental, será a vice-presidenta. Por um lado, sem o apoio direto dos partidos tradicionais e da elite econômica e, por outro, com oposição massiva da mídia, a vitória de Gustavo Petro e Francia Márquez, da coligação “Pacto Histórico”, se sustentou especialmente em uma campanha voltada para as bases sociais, onde as mulheres e, especialmente, os jovens foram decisivos para o triunfo.

A vitória se deu no segundo turno, após uma corrida eleitoral disputada com um candidato não tradicional da política colombiana, o engenheiro Rodolfo Hernández, da coligação “Liga de Governadores Anticorrupção”. Diferentemente de Petro, que é conhecido na política colombiana por ter sido guerrilheiro do M19, deputado, prefeito de Bogotá e senador, seu oponente surgiu como um “outsider” na campanha e conseguiu uma ascensão histórica na corrida eleitoral do primeiro turno, o que o posicionou como um forte candidato a ocupar a presidência.

Embora no país o voto não seja obrigatório, um número expressivo de colombianos compareceu às urnas para a definição do segundo turno no dia 19 de junho. Segundo dados do Registro Nacional do Estado Civil, 58,09% do total de cidadãos aptos a votar foram às urnas no país, deixando a abstenção em 41,91%, o menor índice em mais de vinte anos¹⁷⁵. A mobilização da população para esta eleição presidencial tem relação direta com o contexto de crise política, econômica e social que o país está enfrentando nos últimos anos, com o desemprego elevado (12%), alta inflação (9%), e aumento nos índices de pobreza e de desigualdade da população.

É claro que a pandemia de Covid-19 teve um efeito perverso sobre o país, mas a insatisfação da população com o *status quo* não é apenas decorrente dos seus impactos, mas também fruto da política tradicional colombiana, marcada pela alternância de conservadores e liberais no poder e, nos últimos anos, em especial, pela presença protagônica do partido Centro Democrático, liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe e favorável a uma política de direita conservadora e contra mudanças estruturais da sociedade, como a implementação do acordo de paz assinado em 2016 entre o governo de Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Nos anos de 2020 e 2021 os colombianos já expressavam sua insatisfação com o *establishment* político e protestavam nas ruas, demandando reformas estruturais. A rejeição ao atual presidente, Iván Duque, chegou a mais de 70%¹⁷⁶.

Nesse sentido, essa eleição presidencial marcou um maior ativismo da população colombiana, que se mobilizou para votar e decidir novos rumos para a política do país: fosse com Petro e uma via de esquerda que traria mudanças para o cenário nacional; fosse com Hernández, um *outsider* da política nacional, com um discurso (amplo e vazio) contra a corrupção. Ganhou a esquerda e as propostas progressistas, como veremos ao longo deste artigo.

O primeiro turno: a inesperada ascensão de Hernández

175 Registraduría Nacional del Estado Civil. Resultados de la primera vuelta de las elecciones presidenciales. Disponível em: <https://resultadosprepresidente1v.registraduria.gov.co/presidente/0/colombia>. Acesso em: 25/06/2022.

176 Bluradio. Desaprobación de Iván Duque sube a 73 %, según encuesta Invamer. 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bluradio.com/nacion/desaprobacion-de-ivan-duque-sube-a-73-segun-encuesta-invamer>. Acesso em: 25/06/2022.

O primeiro turno das eleições presidenciais na Colômbia ocorreu no dia 29 de maio. Até aquele momento, as pesquisas de intenção de voto mostravam um crescimento do candidato Rodolfo Hernández, mas estava previsto que Federico Gutiérrez, ex-prefeito de Medellín e candidato pela coligação “Equipe pela Colômbia”, passaria ao segundo turno, marcando uma disputa polarizada entre direita e esquerda na reta final das eleições no país. Entretanto, de forma inesperada, Hernández assumiu a segunda posição, recebendo 28,15% dos votos, enquanto Federico Gutierrez teve 23,91%¹⁷⁷. Por sua vez, Gustavo Petro, candidato de esquerda, confirmou as pesquisas de intenção e ficou como o primeiro colocado, com expressivos 40,32% de votos¹⁷⁸.

Fico Gutiérrez, como é conhecido, buscou se mostrar como um candidato independente, mas teve o apoio dos partidos tradicionais e do uribismo. Em decorrência da alta rejeição ao atual presidente, Iván Duque, o então candidato se esforçou para se apresentar tanto como uma alternativa da direita às políticas de Duque, quanto um candidato que garantiria o equilíbrio do país frente às possíveis “ameaças” da chegada da esquerda com Petro ao poder. Gutiérrez tratou de vincular a possível vitória de Petro a um grande risco para a Colômbia e sua democracia como forma de suscitar apoio dos colombianos mais conservadores, que historicamente associam a imagem de Petro ao chavismo na Venezuela. Em suas propostas, prometeu defender políticas liberais para ampliar o investimento estrangeiro no país e impulsionar o crescimento econômico, bem como investir em segurança e promover melhorias para garantir emprego e aumentar o acesso à saúde. Contudo, suas propostas e o apoio dos grupos tradicionais não foram suficientes para garantir sua passagem para o segundo turno, uma vez que a população colombiana se encontrava insatisfeita com a manutenção da estrutura política do país, demandando mudanças reais.

Essa insatisfação generalizada dos eleitores colombianos com o *establishment* político do país ficou clara com o grande apoio que Petro recebeu em seu pleito presidencial desde o primeiro turno. Mostrando-se como uma alternativa à tradicional política colombiana, o candidato da esquerda promoveu uma campanha baseada no discurso de promover uma “mudança pela vida” no país, realizando reformas profundas na economia, política e sociedade. Sua proposta envolveu promover a mudança da matriz energética para investir em energias limpas e na descarbonização da economia, tornando a Colômbia menos dependente do petróleo. Ademais, baseou-se na proposta de promoção de uma reforma agrária para lidar com a desigualdade na posse e no uso da terra, além de buscar a “desmilitarização da vida social”, revisitando o papel da polícia e das Forças Armadas. Junto com sua vice, Francia Márquez, líder social e ambiental afro-colombiana, deixou claro que buscaria promover políticas para as minorias, consideradas “invisíveis” na atual política colombiana.

Petro ganhou visibilidade na política do país em 2006 quando denunciou no Senado o vínculo de vários políticos colombianos com o paramilitarismo. Também denunciou a corrupção em licitações na prefeitura de Bogotá durante a gestão de Samuel Moreno, apesar de ser de seu partido. Foi graças a isso que conseguiu se eleger prefeito de Bogotá entre 2012 e 2015, mas passou por um período no qual foi afastado do cargo por irregularidades no modelo de recolhimento de resíduos na cidade.

Petro já havia sido candidato à presidência na Colômbia em 2010, com pouca expressividade, e em 2018, ficando em segundo lugar, perdendo para Iván Duque por 12%. O temor à vitória da esquerda na Colômbia é intenso no país que nunca teve um partido progressista no poder, porém a insatisfação e a rejeição às propostas tradicionais pela maior parte dos colombianos permitiram que nas eleições deste ano a chapa Petro-Márquez tenha ganhado força. A esse respeito, vale mencionar que a coalizão “Pacto Histórico” obteve a maioria de cadeiras no Senado nas eleições legislativas de março deste ano. Foi nesta

177 Conjuntura Latitude Sul. Eleição presidencial na Colômbia será decidida no segundo turno. Maio de 2022, p.7. Disponível em: https://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Maio2022.pdf. Acesso em: 26/06/2022.

178 Registraduría Nacional del Estado Civil. Resultados de la primera vuelta de las elecciones presidenciales. Disponível em: <https://resultadosprepresidente1v.registraduria.gov.co/presidente/0/colombia>. Acesso em: 25/06/2022.



ocasião em que Márquez ganhou importância na política nacional por conta dos quase 800.000 votos que recebeu, se tornando a terceira candidata mais votada nas primárias das eleições presidenciais colombianas, que ocorreram junto à votação do Legislativo. Assim, foi confirmada como candidata à vice-presidência com Petro, quem liderou a consulta¹⁷⁹.

Essa mesma insatisfação com o *status quo* político do país e o tradicional monopólio das elites liberais e conservadoras permitiu que Hernández, até então um candidato pouco conhecido pela maioria da população colombiana, ganhasse força na reta final do primeiro turno. O então candidato, que também formou chapa com uma candidata mulher à vice-presidente, Marelen Castillo, ficou conhecido como o Trump colombiano, por ser um empresário de 77 anos do setor da construção que se posicionou como um “outsider”, usando um estilo próprio de fazer política, sendo menos diplomático e formal, virando tendência nas redes sociais por meio de sua campanha no TikTok. Contudo, é importante mencionar que Hernández não deve ser vinculado ao movimento internacional de extrema-direita que auxiliou a campanha de Trump e outras lideranças. A própria atribuição de um espectro político ao então candidato é complicada, devido à falta de um viés ideológico claro de suas propostas, na maioria das ocasiões abstratas e ambíguas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que defendeu a negociação de um acordo de paz com o Exército de Libertação Nacional (ELN) e se posicionou favorável ao aborto, também se mostrou favorável à liberdade de mercado. De todo modo, o que fez o “engenheiro Hernández” (como gosta de ser chamado para se desvincular da política) ganhar força nas eleições foi seu discurso antissistema contra a política tradicional e a corrupção, em uma linguagem popular.

Sobre sua trajetória política, ele passou a ser conhecido na política nacional quando foi prefeito de Bucaramanga, entre 2016 e 2019, uma cidade de pouco mais de meio milhão de pessoas. Apesar de se posicionar como o candidato anticorrupção e que estava contra os políticos tradicionais, Hernández está sendo investigado por autoridades colombianas por atos corruptos durante sua gestão como prefeito de Bucaramanga. Além disso, com um programa difuso e sem esclarecer como implementaria várias de suas propostas, o candidato pretendia se distanciar dos partidos políticos tradicionais e não receber seus apoios diretos, porém, ao passar para o segundo turno, recebeu o apoio da classe política tradicional do país, como veremos a seguir.

O segundo turno e a vitória de Petro

Após os resultados do primeiro turno, os políticos colombianos começaram a se manifestar. Fico Gutiérrez, até então preferido para o segundo turno com Petro, rapidamente se posicionou afirmando que apoiaria informalmente à candidatura de Hernández, e o mesmo foi feito por outros políticos uribistas. Como era de se esperar, houve nesse contexto uma transferência de votos da direita para Hernández, o que colocou Petro em uma situação difícil, pois para ele existia menos chance de crescer tendo em vista que possuía um eleitorado mais consolidado, situação contrária ao que existia para Hernández. Outros políticos de centro, como do partido Novo Liberalismo e do Partido Verde, que inclusive faziam oposição ao governo de Duque, também aderiram à campanha do engenheiro.

Nesse cenário, o “antipetrismo”, que representa a posição contra a esquerda no país, se manifestou com intensidade nas eleições, como ocorrido em ocasiões passadas, a partir da frase de que o resultado das eleições deveria ser de “qualquer um, menos Petro”. Esse sentimento foi alimentado pelas críticas a sua gestão como prefeito de Bogotá, aos questionamentos por ter sido guerrilheiro do M19 na sua juventude e, principalmente, pela ideia de que a Colômbia poderia se tornar uma “segunda Venezuela”, caso ele fosse eleito. Seu programa de governo, que estava organizado em torno da justiça ambiental, transição energética e ampliação de programas sociais, despertou o receio da mudança que poderia ser implementada no país, mobilizando fortemente as elites políticas e econômicas colombianas.

179 El País. Francia Márquez, el fenómeno electoral colombiano. 13 mar. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2022-03-14/francia-marquez-el-fenomeno-electoral-colombiano.html>. Acesso em: 26/06/2022.

Assim, Hernández começou a ganhar força nas pesquisas de intenção de voto e continuou adotando seu discurso *anti-establishment*, usando sua tradicional forma direta de opinar sobre a política, intensificando o uso de redes sociais. Contudo, deixou de aparecer em entrevistas e decidiu não participar em debates porque, como em outras ocasiões, demonstraria desconhecimento da complexa realidade do país. Inclusive, um grupo de advogados entrou na Justiça para demandar que Hernández participasse de debates televisionados no segundo turno, já que o candidato anunciou a ausência dos debates e deixou de participar de alguns em maio, na reta final do primeiro turno, argumentando que eram palco de polarização e ódio, sem que ele pudesse discutir suas propostas. Apesar de Hernández ter inicialmente aceitado participar do debate no segundo turno, exigindo condições sobre quem seria o moderador e onde seria realizado, recuou horas depois, culpando a Petro. Por fim, não houve nenhum debate entre os dois candidatos ao longo da campanha do segundo turno.

Hernández tinha mais oportunidade de crescimento com eleitores da direita e do centro, que coincidiam com o sentimento “antipetrista”. Esse sentimento garantia o apoio quase que incondicional ao candidato. Apesar da difusão de vídeos sobre declarações polêmicas que o candidato havia feito quando era prefeito e ainda durante o primeiro turno sobre as mulheres, as trabalhadoras sexuais e os migrantes venezuelanos, sua base de apoio cresceu. Inclusive, teve repercussão negativa durante o segundo turno um áudio em que o engenheiro dizia a uma funcionária que ela deveria obedecê-lo sem importar a lei, o que demonstrava seu caráter autoritário. Em função de tais escândalos, Hernández optou por aparecer pouco, recusando-se a dar entrevistas, além de ler suas declarações, evitando improvisações.

Para Petro, uma situação contrária ao seu concorrente se impunha, pois suas possibilidades de ampliar sua base de eleitores era mais difícil, visto que seu eleitorado já estava mais definido e ele não concorria com Gutiérrez, que de fato representava de forma mais clara o continuísmo dos governos de direita. Para lidar com o fenômeno da ascensão de Hernández, a estratégia de Petro foi realizar uma campanha ativa nas cidades, visitando várias partes do território da Colômbia. Também se dirigiu aos jovens e às mulheres, em resposta a comentários machistas de Hernández. Para isso, sem dúvidas, a figura de sua vice Francia Márquez foi decisiva.

No dia 19 de junho, por fim, a chapa Petro-Márquez foi eleita com 50,44% dos votos, superando à de Hernández, que obteve 47,31%¹⁸⁰. Apesar da diferença não ser muito grande, Petro passou a ser o presidente eleito com mais votos na história do país, em uma eleição em que, pela primeira vez, a esquerda chega ao poder.

Conclusões

Sem dúvida alguma, o triunfo de Petro representa uma vitória histórica na Colômbia. Entre 1987 e 1990 quatro candidatos de esquerda foram assassinados no país, o que demonstrava a fragilidade da democracia colombiana e os obstáculos que as forças progressistas tinham para chegar ao poder. Do mesmo modo, grupos sociais como os afro-colombianos foram reiteradamente excluídos da direção do Estado, o que pode ser alterado a partir de agora com a chegada de Francia Márquez à vice-presidência, com seu discurso a favor dos grupos excluídos da sociedade, confrontando a elite branca e urbana que tem governado o país historicamente.

As eleições parlamentares de março, assim como a eleição presidencial recém realizada, tiveram um grande perdedor: o uribismo. O descrédito do uribismo, força que ao longo do século XXI orientou a agenda política colombiana, pode ser explicado especialmente pelas críticas à gestão do atual presidente do Centro Democrático, Iván Duque, mandatário com maiores níveis de desaprovação da história recente da Colômbia. Seu governo tem sido fortemente contestado, inclusive por meio de várias greves que irromperam desde o

180 Registraduría Nacional del Estado Civil. Resultados elecciones presidenciales segunda vuelta. Disponível em: <https://resultados.registraduria.gov.co/presidente/0/colombia>. Acesso em: 26/06/2022.



começo do seu mandato, sendo a mais significativa a que foi realizada em maio de 2021 por conta da sua tentativa de implementar uma reforma tributária. A violência policial e a falta de diálogo do governo com os manifestantes acabaram por aprofundar a crise no país e fortalecer a oposição ao governo.

Por isso, Álvaro Uribe, muito ativo na política nacional desde que deixou a presidência, se manteve à margem nestas eleições. Além do uribismo não lançar um candidato, apenas apoiando a Gutiérrez, enfraqueceu sua posição nas eleições parlamentares de 13 de março, quando o partido do ex-presidente perdeu 22 cadeiras no Congresso¹⁸¹. Também os partidos Liberal e Conservador, dominantes na vida política do país, não tiveram atuação protagônica nestas eleições, o que demonstra uma importante mudança na composição de forças da política colombiana. A verdade que é o acordo de paz com as FARC, em 2016, minou a força da ala conservadora, que perdeu seu inimigo constante e visível, reduzindo o alcance de seus discursos e propostas políticas, que deixaram de ser suficientes para solucionar os reais problemas que passaram a ocupar a agenda do país, como o desemprego, a inflação e a crise social.

Se as propostas de Petro e Márquez serão totalmente implementadas é algo difícil de prever, pois eles enfrentarão uma série de desafios para avançar sua agenda progressista no país tradicionalmente conservador. Ademais, no Legislativo, as forças de direita ainda possuem peso considerável e poderão utilizar de sua influência para frear algumas reformas. De todo modo, são ventos de mudança que sopram na região e no país, em particular. O próprio discurso de Petro ao vencer as eleições mostra essa tendência de mudança na Colômbia, pois o novo presidente afirmou que seu objetivo é construir um “grande acordo nacional” para abandonar os “sectarismos”¹⁸².

Também não escapou de seu discurso a menção à política exterior colombiana. Para ele, o país deve assumir sua identidade latino-americana e se posicionar como uma liderança no combate à mudança climática. Petro destacou ainda a importância da Amazônia, de combater o processo extrativista e de adotar uma política diplomática para o meio ambiente que estabeleça um diálogo com os demais presidentes da América Latina. Ademais, chamou a atenção para rediscutir as relações bilaterais com os EUA na área ambiental. Ao propor aos colombianos se enxergarem como latino-americanos, deixou claro que enfocará uma relação de integração mais profunda¹⁸³.

Com a tríade justiça ambiental, justiça social e paz como componentes fortes de seu discurso, Petro terá nos próximos anos o desafio prático de implementar o seu “governo pela vida”.

181 Conjuntura Latitudo Sul. Eleições parlamentares na Colômbia indicam nova composição de forças. Março de 2022. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2016/06/ConjunturaLATSUL_Março2022.pdf. Acesso em: 26/06/2022.

182 El País. Gustavo Petro, Presidente elegido de Colombia da un mensaje a sus seguidores. 19 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqxDayBo7k>. Acesso em: 26/06/2022.

183 El País. Gustavo Petro, Presidente elegido de Colombia da un mensaje a sus seguidores. 19 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qqxDayBo7k>. Acesso em: 26/06/2022.

